



FACULDADE DE LETRAS & CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

LICENCIATURA EM ARQUEOLOGIA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

TEMA:

A protecção do património cultural e natural no Parque Nacional da Gorongosa: proposta de complementaridade na gestão local

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane.

Por: Braimo Norberto Ussene

Maputo, Outubro de 2023

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção
do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural na
Universidade Eduardo Mondlane

Departamento de Arqueologia e Antropologia
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Por: Braimo Norberto Ussene

Supervisora: Mestre Kátia Claudina Filipe

O Júri		
O Presidente	O Supervisor	O Oponente
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Data: ____ / ____ / ____		

Índice

DECLARAÇÃO.....	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	V
ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS	VI
RESUMO.....	VII
NOTA INTRODUTÓRIA	1
1 CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	2
1.1 PROBLEMÁTICA	3
1.2 JUSTIFICATIVA.....	4
1.3 OBJECTIVOS.....	5
1.4 METODOLOGIA	5
1.4.1 <i>Métodos de Pesquisa</i>	6
2 CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL	9
2.1 PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL.....	9
2.2 PATRIMÓNIO CULTURAL	10
2.3 PATRIMÓNIO NATURAL	11
2.4 PATRIMÓNIO CULTURAL VS PATRIMÓNIO NATURAL.....	12
2.5 ABORDAGENS DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL	13
2.6 FUNÇÕES DOS PARQUES.....	13
2.7 INTERSECÇÃO ENTRE PATRIMÓNIO CULTURAL E PARQUES NATURAIS	14
3 CAPÍTULO III – ÁREA DE ESTUDO	16
3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO E PARQUE NACIONAL DE GORONGOSA.....	16
3.2 PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA	17
3.3 GORONGOSA COMO EXEMPLO DE COMBINAÇÃO DE ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO E TURISMO	20
3.4 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS.....	21
4 CAPÍTULO IV – QUADRO LEGAL	23
4.1 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL NO FUNCIONAMENTO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA	23
4.2 LEGISLAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DE MOÇAMBIQUE.....	24
4.3 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	26
5 CAPÍTULO V – UMA ANÁLISE À DIVERSIDADE CULTURAL E NATURAL DO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA: CONTRIBUTO PARA POTENCIAL CLASSIFICAÇÃO	27
5.1 PATRIMÓNIO CULTURAL DE GORONGOSA.....	27
5.2 ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS.....	27
5.3 PRÁTICAS MÁGICO-RELIGIOSAS, LUGARES E FLORESTAS SAGRADAS	29
5.4 LUGARES E FLORESTAS SAGRADAS	29
5.5 ECOSISTEMAS.....	31
6 CAPÍTULO IV – GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA	36

6.1	ESTRATÉGIAS E ABORDAGENS DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA.....	36
6.2	POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO INTEGRADA.....	37
6.3	PROCESSO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL	38
6.4	ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL.....	39
6.5	IMPACTOS DO FUNCIONAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA SOBRE O PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL LOCAL	41
6.5.1	<i>Impactos Positivos ao nível do turismo</i>	41
6.5.2	<i>Benefícios do turismo</i>	42
6.5.3	<i>Emprego e desenvolvimento local</i>	45
6.5.4	<i>Consciencialização e educação</i>	45
6.6	ANÁLISE E PROPOSTAS SOBRE O PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL NO FUNCIONAMENTO PARQUE NACIONAL DE GORONGOSA.....	48
6.7	IMPLICAÇÕES DO FUNCIONAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA NO PATRIMÓNIO CULTURAL	52
7	RECOMENDAÇÕES	54
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	58
	ANEXO	62
	GLOSSÁRIO	62

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico e que a mesma é resultado da minha investigação pessoal. Todas contribuições de outras fontes, directas ou indirectas, estão devidamente reconhecidas através de citações apropriadas estando devidamente indicadas ao longo do texto, as respectivas fontes bibliográficas usadas para a sua realização.

Braimo Norberto Ussene

Dedicatória

À minha mãe, Mariana Agira Braimo que sempre acreditou em mim e ensinou a importância do conhecimento, e aos meus irmãos, Anchia Norberto Ussene, Mucussete Norberto Ussene, Omar Norberto Ussene e Sara Norberto Ussene, por todo o apoio e confiança depositados neste processo.

Ao meu pai, Norberto Ussene Omar (*Em memória*).

E a toda família que directa ou indirectamente ajudaram no processo de formação académica, em especial a Jamal Ussene, Agira Braimo e Muaziza Braimo.

Agradecimentos

Louvado seja Allah, que nos encaminhou até aqui; jamais teríamos podido encaminhar-nos, se Ele não nos tivesse encaminhado (Surata Al'raaf: Versículo 43).

Agradecer a Allah subhanahu Wa Ta'ala, por Sua graça que me permitiu superar desafios e alcançar meus objetivos. Com humildade, entrego minha gratidão, sabendo que Sua misericórdia é infinita e Sua sabedoria é inquestionável.

Gostaria de expressar minha gratidão à minha supervisora, Dr^a Kátia Filipe pela orientação, apoio e sabedoria que ela gentilmente compartilhou ao longo deste projeto. Suas valiosas orientações foram fundamentais para a conclusão desta monografia, e sou profundamente grato por sua dedicação ao meu crescimento acadêmico.

A minha gratidão estende-se ao corpo docente do Departamento de Arqueologia e Antropologia que contribuiu para a minha formação: Prof. Doutor Mussa Raja, Prof^a. Doutora Solange Macamo, Prof. Doutor Hilário Madiquida, Prof. Doutor. Leonardo Adamowicz (em memória), Dr. Décio Muianga, dr. Celso Simbine, dr. César Mahumane, Dr. Jossias Humbane, Dr. Omar Madime, Dr. Albino Jopela, dra. Arti Chandra e dr. Ênio Tembe pela instrução e conhecimentos transmitidos ao longo da minha formação.

À comunidade acadêmica da UEM e aos amigos que encontrei ao longo deste caminho, minha sincera gratidão por sua amizade e apoio. Nossas experiências compartilhadas e nossa jornada de crescimento juntos são tesouros que guardarei para sempre. Obrigado por serem parte da minha história: Açucena Nhantumbo, Cândido Foliche, Têlvia Machava, Veloso Vilanculos, Margarida Ernesto, Marciana Momamde, Arminda Guambe, Jennifer Chambule, Amélia Macoa, Rassina Farassi, Clara Mendes, Loide Nhaduco, Pedro Herculano, Alonso Manuel, Varsil Cossa, Sílvia Mahwai, Stela Gujamo e Judite Nhanombe.

Aos meus colegas das Residências Universitárias N^o 06, 07 e 09: Pitara Mualela, Shirley Walters, Lorena Marrufo, Peter Sawire, Donalson Munharo, Einstein Manuel Gravata, Neomídio Napahu, Werson Pofu, Águeda Cipriano, Sheila Macamo, Xadrique Mandlate Jr e Izaltina Machirica

Gostaria de estender meus agradecimentos especiais a minha querida namorada, Marta Beáula Alexandre Langa: Sua fé em mim, sua capacidade de ouvir minhas ideias e seu apoio incansável foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos incríveis, Silvino Boas Ubisse, Isac Aliasse Sumail, Denilson Manhique, Wassilay Humberto Massanganhe, Anatórcia Macuacua, Melita Marrufo, quero expressar minha gratidão por sua amizade leal e apoio constante. Suas risadas, conselhos e presença fizeram desta jornada acadêmica uma experiência inesquecível. Obrigado por serem parte da minha jornada.

Kinna Shukhurela Athú Oténe

(Agradeço à todos)

Lista de Siglas e Acrónimos

AHC – Australian Heritage Commission

ANAC – Administração Nacional das Áreas de Conservação

AP – Área de Conservação

DAA – Departamento de Arqueologia e Antropologia

EUROPARC - Federação Europeia de Áreas Protegidas

FLCS – Faculdade de Letras e Ciências Sociais

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

MAE – Ministério de Administração Estatal

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

MICULTUR – Ministério da Cultura e Turismo

ONGs – Organizações Não Governamentais

PNG – Parque Nacional Da Gorongosa

PPPG – Paleo-Primate Projecto Gorongosa

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

Índice de figuras e tabelas

Figuras

Figura 1 - Localização geográfica do distrito de Gorongosa (o autor)	17
Figura 2 - Localização Geográfica do Parque Nacional de Gorongosa (o autor)	18
Figura 3 - Uma família de leões (Levi, 2012).....	19
Figura 4 - Um babuíno de Gorongosa (Levi, 2012).....	19
Figura 5 - Uma mãe elefante e seu filhote (Levi, 2012)	19
Figura 6 - Impala (Levi, 2012).....	19
Figura 7 - Uma ave da espécie Cardeal (Levi, 2012).....	19
Figura 8 - Philothamnus semivariegatus, comumente conhecida como a cobra-do-mato malhada (Levi, 2012)	19
Figura 9 - Entrada da gruta de e antiga armadilha de animais dentro da gruta (PPG, 2018).....	29
Figura 10 - Vista panorâmica da floresta sagrada de cuculha (Mulhaisse, 2020)	31
Figura 11 - Monte Gorongosa (PNG, 2019)	35
Figura 12 - Lago Urema (Fotos: O autor).....	35
Figura 13 - Cascatas de Murombodzi (ANAC, 2014)	35

Tabelas

Tabela 1 - Legislação do Património Cultural de Moçambique	24
Tabela 2 - Legislação do Património Natural	25
Tabela 3 - Lugares e florestas sagradas	30
Tabela 4 - Benefícios do turismo.....	42
Tabela 5 - principais impactos negativos que podem surgir com funcionamento de um parque para o património cultural.....	46
Tabela 6 - Bens culturais e naturais.....	49

Resumo

Este trabalho tem como ênfase uma análise ao Património Cultural e Natural a partir do funcionamento de Parques Naturais, com o tema “A protecção do património cultural e natural no Parque Nacional da Gorongosa: proposta de complementaridade na gestão local”. O Parque Nacional da Gorongosa (PNG) é uma área protegida que abriga uma rica diversidade de património cultural e natural. A pesquisa visa analisar como a complementaridade entre o património cultural e natural podem contribuir e impactar o parque em termos de paisagens naturais e culturais, bem como nas comunidades locais. A problemática gira em torno dos conflitos entre a conservação da biodiversidade e os interesses das comunidades locais. O estudo também destaca a escassez de informações sobre a preservação do património cultural no PNG. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica, documental, análise de fotografias e mapas, com ênfase em métodos dedutivos e comparativos. Este trabalho contribui igualmente para o debate sobre a preservação do património cultural em áreas de conservação, visando desenvolver estratégias eficazes para proteger e valorizar esse legado cultural.

Palavras-chaves

Patrimônio cultural, Patrimônio natural, Conservação, Comunidades locais, Impacto socioambiental, Políticas de conservação, Biodiversidade, Áreas de conservação

Nota Introdutória

A concepção deste trabalho deveu-se a significância do património cultural e natural em Moçambique, pois existe uma rica e vasta gama de património cultural e natural que precisam ser estudados e salvaguardados em prol da sua valorização e desenvolvimento sustentável. Não obstante a este aspecto, a relação entre o património cultural e natural é notável e evidente, pois, muitos aspectos da cultura moçambicana estão intrinsecamente ligados ao meio ambiente e aos recursos naturais. Esta constatação, justifica-se pelo facto de ser complexo delimitar e, ou dissociar o Homem, suas manifestações artístico-culturais, do meio social e natural em que vive, pois acredita-se que a combinação de todos estes elementos molda o Homem à razão do seu meio envolvente.

O presente trabalho tem como local escolhido o Parque Nacional da Gorongosa (PNG), cujo estudo do património nesta área é imprescindível para a conservação da biodiversidade, preservação da história, desenvolvimento sustentável, compreensão das relações entre o homem e a natureza, assim como a promoção da educação ambiental.

A partir deste ponto, através do primeiro capítulo, far-se-á uma breve descrição dos pressupostos que possibilitaram a discussão do tema, a delimitação da problemática e da pergunta de partida. De seguida, é apresentada a metodologia que conduziu à materialização da análise a que me propus.

1 CAPÍTULO I – Introdução

Os parques nacionais são áreas protegidas que têm como objectivo preservar a diversidade biológica e cultural de um determinado território (Chiúre, 2019). Os Parques abrigam uma grande variedade de património cultural e natural que merecem ser preservados e valorizados (Santos et al 2013). É importante que a gestão dos parques nacionais considere tanto o património natural quanto o cultural e desenvolva estratégias para sua conservação e valorização (Chiúre, 2019).

Para este trabalho, pretende-se analisar como a complementaridade do património cultural e natural no Parque Nacional da Gorongosa podem ajudar na protecção de ambos tipos de património. Uma vez que o PNG não é apenas um parque natural, mas também um local que abriga importantes vestígios históricos e culturais, além de comunidades locais que mantêm tradições e práticas culturais únicas (Mulhaise, 2020). No entanto, tratando-se de um Parque Nacional, a relação entre comunidades locais e património cultural é complexa e pode ser mutuamente benéfica se for gerenciada de maneira cuidadosa e inclusiva (Australian Heritage Commission, 2002). A preservação do património cultural pode ajudar a preservar a identidade e modos de vida das comunidades locais, enquanto a gestão do parque nacional pode ajudar a preservar a biodiversidade e os recursos naturais que sustentam a vida dessas comunidades (Australian Heritage Commission, 2002). É sobre esta combinação que incide a perspectiva em que assenta a presente Monografia.

Neste âmbito, o funcionamento do PNG apresenta aspectos que podem ser percebidos como consequências, vantagens e desvantagens para o património cultural da região. É importante que as actividades relacionadas ao património cultural sejam gerenciadas adequadamente para minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios para as comunidades locais e para a preservação da cultura e da natureza.

São através destes aspectos, principalmente do funcionamento do PNG em relação ao património cultural que se insere o ponto de partida deste trabalho. Partindo do pressuposto que o funcionamento do PNG pode gerar benefícios e alguns prejuízos ao património cultural e natural, principalmente se não houver uma gestão adequada do parque. E desses prejuízos podem se destacar os conflitos com as comunidades locais, impacto ambiental, degradação do património cultural e natural, pressão do turismo e perda da biodiversidade.

Com este trabalho pretende-se demonstrar que a componente do património cultural e natural é merecedora de toda a atenção e consideração por todas as partes interessadas: comunidade local, o Governo, visitantes ou turistas, investidores, instituições académicas e Organizações não-governamentais (ONGs) (Australian Heritage Commission, 2002).

1.1 Problemática

A criação de áreas de conservação constitui uma das principais formas de intervenção dos governos, no intuito de minimizar as perdas da biodiversidade ante a degradação ambiental imposta pelas acções antrópicas nefastas (Mulhaisse, 2020:02). Porém, áreas de conservação, no mundo, têm sido criadas em territórios ocupados pelos assentamentos populacionais, o que gera conflitos com as comunidades (ANAC, 2012).

Em Moçambique o governo criou, na Serra da Gorongosa, a Área de Conservação Total¹ em terras ocupadas pelas comunidades de Canda, Murombodzi, Nhambirira e Nhancuco e integrou-a ao Parque Nacional da Gorongosa (PNG) para a sua gestão ambiental (Mulhaisse, 2020). A integração da Serra da Gorongosa ao PNG colocou a presença secular das comunidades locais em situação de expropriação dos recursos naturais, pois, habitando no interior e a volta da Serra da Gorongosa, desenvolvem diversas actividades de apropriação dos recursos para a sua subsistência, com destaque para a prática agrícola e estabelecem fortes laços culturais com o seu território (Cordeiro, 2015).

Entretanto, ao abrigo da Lei n.º 16/2014 de 20 de Junho, o parque nacional é definido como “uma área de conservação total, de domínio público do Estado, delimitada, destinada a propagação, protecção, conservação, preservação e maneio da flora e fauna bravias bem como à protecção de locais, paisagens ou formações de particular valor científico, cultural ou estético no interesse e para recreação pública, representativos do património nacional”.

Nesta perspectiva, surge a necessidade de consolidar as diferentes áreas do saber para possibilitar uma análise do património cultural através do funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa, sobretudo, na relação do património cultural e natural. Urge dessa forma, avaliar o impacto do funcionamento do PNG às paisagens naturais e culturais de especial beleza bem como o património

¹ Consideram-se áreas de conservação total as áreas de domínio público, destinadas à preservação dos ecossistemas e espécies sem intervenções de extracção dos recursos, admitindo-se apenas o uso indirecto dos recursos naturais com as excepções previstas na Lei n.º 16/2014 de 20 de Junho.

natural e cultural, representativos das comunidades locais, recorrendo a legislação nacional e internacional, assim como as convenções de que Moçambique ratificou.

Contudo, é escassa a informação sobre o registo, classificação e conservação do património cultural dentro do PNG. Partindo do pressuposto que o património “pela sua natureza singular enquanto portador de valores (identitários e simbólicos) e recurso para o desenvolvimento económico, social e comunitário, implica a participação de vários actores na sua preservação, gestão e divulgação, desde a administração central, às universidades, às instituições e associações locais às próprias comunidades (Gil, 2017).

Deste modo, olhando para Gorongosa como uma região com um vasto e riquíssimo património, é imprescindível perceber as implicações geradas a partir do funcionamento do PNG ao património cultural e natural.

Diante dos aspectos acima supracitados, surge a seguinte pergunta de partida:

Como é que uma perspectiva de complementaridade pode contribuir para a gestão do património cultural e natural no Parque Nacional da Gorongosa?

Hipóteses

- Hipótese 1: a integração eficaz do património cultural e natural pode resultar em um ambiente mais sustentável e resiliente, beneficiando tanto a biodiversidade como a herança cultural.
- Hipótese 2: a falta de integração entre a gestão do património cultural e natural pode levar à degradação do património cultural e natural ao longo do tempo.

1.2 Justificativa

A conservação do património cultural é um tema de grande relevância na actualidade, visto que muitos países vêm sofrendo com a perda de seus valores culturais e históricos em virtude do processo de globalização e da degradação ambiental causada pelas actividades antrópicas (Fernandes, 2004)

Nesse contexto, a análise proposta pelo TCC se torna fundamental para compreender como o funcionamento do PNG afecta as paisagens naturais e culturais da região, especialmente a relação entre o património cultural e natural e as comunidades locais. Além disso, é importante avaliar

como o PNG vem cumprindo o seu papel legal de conservação na protecção de locais, paisagens e formações de particular valor científico, cultural ou estético.

Entretanto, a informação sobre o registo, classificação e conservação do património cultural dentro do PNG é escassa, o que torna esse estudo ainda mais relevante, pois ajudará a preencher algumas lacunas e apontar possíveis medidas e propostas para a protecção desse património.

Dessa forma, surge a necessidade de realizar uma análise mais aprofundada do património cultural a partir do funcionamento de parques naturais, como é o caso do PNG, avaliando o impacto do seu funcionamento às paisagens naturais e culturais representativos das comunidades locais, recorrendo à legislação nacional e internacional, assim como às convenções que Moçambique ratificou. Além disso, este trabalho busca colaborar com o debate acerca da preservação do património cultural em áreas de conservação, visando contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais efectivas de protecção e valorização desse importante legado cultural.

1.3 Objectivos

Geral

Analisar como a complementaridade pode contribuir na protecção do património cultural e natural no Parque Nacional da Gorongosa

Específicos

- Avaliar a situação actual da preservação, gestão e divulgação do património cultural dentro do Parque Nacional da Gorongosa.
- Analisar as políticas e práticas de conservação e protecção do património cultural e natural do Parque Nacional da Gorongosa, em relação à legislação nacional e internacional
- Identificar os impactos sócioambientais e culturais do funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa na região, com ênfase nas comunidades locais.
- Compreender a complementaridade entre património cultural e natural no Parque Nacional da Gorongosa

1.4 Metodologia

A metodologia segundo Jung (2003), refere-se a uma abordagem sistemática e estruturada ou a um conjunto de procedimentos que são seguidos para realizar uma determinada actividade, pesquisa

ou investigação. É uma forma de organizar e conduzir um processo ou estudo de forma sistemática, eficiente e confiável.

1.4.1 Métodos de Pesquisa

Existem diversos métodos de pesquisa, que variam de acordo com a abordagem teórica adoptada e com os objectivos e natureza da pesquisa em si (Jung, 2003). Para este trabalho, foram classificados métodos aplicados em três categorias nomeadamente: a natureza de pesquisa, os métodos de abordagem e as técnicas de colecta de dados. Com estas categorias foi possível sintetizar os procedimentos e apresentar as ferramentas usadas para responder à pergunta de partida e o alcance dos objectivos pretendidos no trabalho.

Estas categorias foram seleccionadas tendo como base os objectivos do trabalho. Sendo uma pesquisa de carácter científico e social, foi necessário separar dados quantitativos e qualitativos como forma de permitir uma reflexão mais abrangente à alguns dados encontrados ao longo da pesquisa.

Quanto ao método de abordagem e procedimento

Em termos de métodos de abordagem e procedimentos, foram estabelecidos apenas dois, nomeadamente: Método dedutivo e comparativo.

Método dedutivo – é um tipo de raciocínio lógico que parte de premissas gerais para chegar a uma conclusão específica. Considera a aproximação dos fenómenos como parte de planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente) (Lakatos & Marconi, 2011).

O método comparativo – é um tipo de método de pesquisa que consiste em comparar duas ou mais situações, objectos ou eventos, com o objectivo de identificar semelhanças, diferenças, padrões e tendências comuns entre eles. Esse método é amplamente utilizado nas ciências sociais e humanas, como a antropologia, a sociologia, a ciência política e a história (Lakatos & Marconi, 2011).

O uso do método comparativo para este trabalho, foi escolhido como sendo uma abordagem valiosa para estudar o património cultural e natural do Parque Nacional da Gorongosa por várias razões. Primeiramente, esse método permite identificar as semelhanças e diferenças entre o parque

e outros locais ou parques nacionais similares, possibilitando uma melhor compreensão das características únicas do Parque Nacional da Gorongosa.

Além disso, o método comparativo também pode ajudar a identificar como os diferentes contextos sociais, políticos e económicos influenciam a gestão e conservação do património cultural e natural.

Por exemplo, pode-se comparar o Parque Nacional da Gorongosa com outros parques que compartilham características semelhantes em relação ao ambiente natural e cultural, como o Parque Nacional Kruger, na África do Sul, ou o Parque Nacional Yosemite, nos Estados Unidos. Essa comparação pode ajudar a identificar as práticas de gestão e conservação que são mais eficazes para preservar o património cultural e natural dessas áreas protegidas, bem como entender as características únicas de cada parque.

Quanto a técnica de colecta de dados

Pesquisa bibliográfica – A pesquisa bibliográfica visa “procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto” (Ludwig, 2009). Um aspecto importante da pesquisa bibliográfica é a selecção criteriosa das fontes utilizadas, com base na sua relevância, actualidade, credibilidade e autoridade. A análise crítica das informações obtidas também é fundamental, a fim de avaliar a qualidade dos argumentos, a consistência teórica e a validade dos dados apresentados (Rodrigues, 2007). No contexto deste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi baseada na integração de diferentes perspectivas e abordagens teóricas sobre o Património Cultural e Natural. Ao utilizar fontes bibliográficas diversas, como livros, artigos, teses, dissertações, relatórios técnicos e outros tipos de publicações, é possível construir um trabalho que reflecta uma compreensão ampla e multifacetada do património cultural e natural de parques naturais, incluindo o Parque Nacional da Gorongosa (Rodrigues, 2007).

Pesquisa documental - é um tipo de método de pesquisa que consiste na análise sistemática e crítica de documentos diversos, como arquivos, registos, fotografias, cartas, diários, relatórios e outros tipos de fontes documentais (Rodrigues, 2007).

A pesquisa documental permite a investigação de temas e questões que se relacionam a períodos históricos, contextos políticos e sociais específicos, e situações em que não é possível utilizar outros métodos de pesquisa, como a observação directa ou a entrevista (Jung, 2003).

Fotografias e Mapas

As fotografias e mapas são métodos valiosos de estudo que podem ser usados em uma ampla gama de áreas, como geografia, história, arqueologia, ecologia, entre outras. Esses métodos permitem a visualização e a análise de informações de maneira detalhada e sistemática (Ferreira & Serpa, 2020).

2 CAPÍTULO II – Quadro Teórico Conceptual

2.1 Património Cultural e Natural

O património natural compreende os componentes naturais vivos e não vivos, ou seja, a biodiversidade e a geodiversidade do mundo que os humanos herdaram (AHC, 2002). No entanto, o património natural incorpora uma gama de valores, desde o valor da existência até os valores de base social. O conceito fundamental de património natural, que mais claramente o diferencia do património cultural, é o de processos ecológicos naturais e dinâmicos, processos terrestres e processos evolutivos, e a capacidade dos ecossistemas de se autoperpetuar (AHC, 2002).

Os sítios ou lugares podem ter valores de património natural e cultural. Esses valores podem estar relacionados e às vezes são difíceis de separar. Algumas pessoas, incluindo muitas comunidades, não os vêem como separado (AHC, 2002).

No entanto, pode-se notar aqui a existência de dois conceitos: Natural e Cultural. Em geral, a natureza em seu sentido mais amplo é entendida como mundo natural, o mundo físico. Se refere à vida e aos elementos e fenómenos presentes no meio ambiente, ou seja, não inclui as obras e consequências das actividades humanas. Entretanto, segundo Cordeiro (2015), a cultura “é a mais significativa representação humana, o símbolo da humanização e o que tem distinguido o homem e as suas acções de um eventual mundo sem homens, como é vulgar pensar a natureza”

Nesta perspectiva, há sempre as questões de relação entre a natureza e o homem, que de acordo com Cordeiro (2015):

Temos porventura uma natureza poética representada por “Natura” que é também um símbolo da “Cultura”, ou seja, existe no homem e na cultura uma natureza inclusiva que se explica e separa de um modo abstracto, como se não fizesse parte de um todo ocasional e um universo indivisível. Esta é uma reflexão em sentido lato, que serve de introdução a um outro problema com que se debate a conservação da natureza, ou seja, a protecção de uma integridade natural face a uma artificialidade em estabelecer conceitos e limites num ecossistema, pois mesmo tendo como objecto de estudo um ecossistema natural, a intervenção humana - quer pela sua preservação ou destruição - é sempre uma manipulação humana, e, por conseguinte, um acto cultural (Cordeiro, 2015:235).

Contudo, nos tempos actuais, há uma idealização que não se pode continuar a devastar a totalidade dos recursos do planeta, pelo que é também necessário preservar o que ainda subsiste de “natural” (Cordeiro, 2015). A paisagem, a biodiversidade e os ecossistemas naturais fazem parte desses locais elegidos e a proteger. Os agentes destas acções são tão diversos como as suas motivações, uns porque amam a natureza, outros porque a habitam, assim como aqueles que ali encontram uma plataforma de oportunidades (Cordeiro, 2015:235).

2.2 Património Cultural

Originalmente, a palavra latina *patrimonium* (derivada de *pater*, pai) aplicava-se ao conjunto dos bens pertencentes ao *paterfamilias* e por estes transmitidos aos seus sucessores. O *patrimonium* era aquilo que se herdava; implica, por conseguinte, a ideia de herança (Mendes, 2012: 11) É esta ideia de herança – que carrega os nexos de continuidade, de entrega e recebimento, de tradição (tradição dizia-se em latim *traditio*, acção de passar algo às mãos de alguém) –, esta ideia de herança resulta capital para a apreensão do que património cultural seja (Mendes, 2012).

Tratando-se do Património Cultural, é de notar a existência de muitas definições, discussões, legislações de diferentes países e até mesmo convenções. Isso em parte por definir-se o património mediante legislações de cada país ou região, assim como a variabilidade de culturas.

No entanto, de acordo com a legislação moçambicana, concretamente no Decreto 10/88 de 22 de Dezembro, o património cultural é definido como sendo “o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana (Decreto 10/88 de 22 de Dezembro).

Neste âmbito, antes de abordar questões a fundo sobre o conceito de Património cultural, importa aqui referir que a locução património cultural de acordo com Mendes (2012), junta numa unidade semântica incindível dois elementos linguísticos, um substantivo e um adjectivo. Mas nem o objecto que o substantivo património nomeia nem a qualidade que o adjectivo cultural lhe confere acusam por si um sentido preciso e explícito; pelo contrário, ambos são difusos, quando não equívocos. Convém, por isso, examinar previamente e em separado cada um dos termos património e cultura, para depois se alcançar a significação unitária do sintagma património cultural (Mendes, 2012: 11)

Pelos aspectos acima descritos em linguagem corrente, património é noção de teor económico e jurídico que designa um conjunto de bens e de direitos e obrigações avaliáveis em dinheiro. Esta apreciação pecuniária não é adequada para o âmbito cultural, porém importa reter daquela noção dois aspectos: primeiro, o de valor, de riqueza, quase de tesouro; segundo, o de conjunto, um complexo cuja relevância vai para além das coisas que, uma por umas consideradas, o integram (Mendes, 2012).

2.3 Património Natural

Existem muitas discussões em torno do património natural. De acordo com a Australian Heritage Commission (AHC), a definição de património natural depende da definição de outro conceito, “significado ou significância natural”. No entanto, AHC define o significado natural como a importância dos ecossistemas, biodiversidade e geodiversidade pelo valor de sua existência ou para as gerações presentes ou futuras, em termos de seu valor científico, social, estético e de suporte à vida.

Neste âmbito de acordo com AHC, define o património natural como:

- i. características naturais que consistem em formações físicas e biológicas ou grupos de tais formações, que demonstram significado natural.
- ii. Formações geológicas e fisiográficas e áreas precisamente delimitadas que constituem o habitat de espécies indígenas de animais e plantas, as quais demonstram significado natural, ou
- iii. locais naturais ou áreas naturais precisamente delimitadas que demonstram significado natural do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Entretanto, considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui conservação do património natural (UNESCO, 1972). Sendo assim, crucial preservar a biodiversidade, manter ecossistemas saudáveis, garantir o acesso a recursos naturais essenciais e mitigar os impactos da destruição do património natural e ajudar na promoção do uso sustentável a fim de garantir que eles estejam disponíveis para as gerações futuras (AHC, 2002).

2.4 Património Cultural vs Património Natural

Nos dias actuais, o património cultural e natural é cada vez mais reconhecido como um recurso valioso e importante para a preservação da história e da identidade cultural das comunidades, bem como para a conservação da biodiversidade e do meio ambiente (IPHAN, 2016). No entanto, a protecção e valorização desses patrimónios enfrentam muitos desafios e ameaças, incluindo a degradação ambiental, o turismo massivo e desordenado, a exploração desenfreada dos recursos naturais, entre outros (IPHAN, 2016).

A relação entre o património cultural e o património natural é bastante estreita e interdependente. Ambos são componentes importantes do património de uma nação e contribuem para a identidade cultural e para a diversidade natural de uma região (ICOMOS, 2011). A complementaridade entre esses dois patrimónios é evidente em muitas áreas. Muitos locais culturais e monumentos históricos estão localizados em áreas naturais protegidas, como parques nacionais, áreas de conservação da biodiversidade e outros locais de valor natural significativo (IPHAN, 2016).

No caso do Parque Nacional da Gorongosa, a complementaridade entre o património cultural e o património natural é evidente e pode trazer muitos benefícios para a preservação e valorização do património da região (Cordeiro, 2015).

Esses locais culturais estão localizados em um ambiente natural de grande beleza e importância ecológica. A diversidade natural do parque, com suas savanas, florestas e rios, é um dos principais atractivos do turismo na região e é fundamental para a protecção da biodiversidade local (Cordeiro, 2015).

A complementaridade entre o património cultural e o património natural do parque pode ser valorizada por meio de actividades turísticas que incentivem a preservação e conservação desses patrimónios. Por exemplo, o ecoturismo e o turismo de aventura podem ser desenvolvidos para valorizar a biodiversidade do parque, enquanto o turismo cultural pode explorar a rica história da região (Leví, 2012). Além disso, a valorização do património cultural e natural do parque pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável da região, gerando empregos e promovendo o comércio local, ao mesmo tempo em que se preserva a identidade cultural e a biodiversidade natural (Leví, 2012).

2.5 Abordagens do património cultural e natural

Existem diversas teorias e abordagens que destacam a importância da combinação entre o património natural e cultural para a valorização e desenvolvimento de um território. Algumas das abordagens de acordo com Daily (2002), incluem:

- i. **Abordagem do património como recurso:** Esta abordagem considera que o património, tanto cultural quanto natural, pode ser utilizado como recurso para o desenvolvimento económico e turístico de uma região. Nesse sentido, a combinação desses patrimónios pode gerar experiências turísticas mais enriquecedoras e sustentáveis.
- ii. **Abordagem da sustentabilidade:** A abordagem da sustentabilidade enfatiza a importância da conservação do património natural e cultural para a preservação dos recursos naturais e culturais de uma região. A combinação desses patrimónios pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que se preserva a identidade cultural e a biodiversidade natural.
- iii. **Abordagem da identidade territorial:** A abordagem da identidade territorial destaca a importância da combinação do património natural e cultural para a valorização da identidade e da diversidade cultural de uma região. Isso pode contribuir para o fortalecimento da coesão social e para a promoção de uma identidade territorial mais forte e coesa.

2.6 Funções dos Parques

Os parques naturais desempenham um papel fundamental na conservação e protecção dos ecossistemas naturais, desfrutando de uma importância significativa para a saúde do planeta e o bem-estar humano. Essas áreas protegidas são projectadas para preservar a biodiversidade, manter ecossistemas saudáveis e fornecer uma série de benefícios para as pessoas e o meio ambiente (Cóias, 2012).

No entanto, dentro da significância e importância dos parques naturais, de acordo com Cóias (2012), destacam-se as seguintes funções: conservação da biodiversidade, preservação de ecossistemas, educação e pesquisa, recreação e turismo sustentável, protecção de recursos naturais e manutenção do equilíbrio ecológico.

Em suma, são espaços valiosos que permitem a conexão entre as pessoas e a natureza, além de desempenharem um papel crucial na promoção da sustentabilidade e na preservação do património natural para as futuras gerações.

2.7 Intersecção Entre Património Cultural E Parques Naturais

A intersecção entre património cultural e parques naturais é um aspecto destacado pela relação intrínseca entre elementos naturais e culturais de importância (Alves, 2014). Embora os parques naturais sejam principalmente conhecidos por sua biodiversidade e beleza natural, muitos deles também abrigam um rico património cultural, proporcionando uma combinação única de valores naturais e culturais em um único local (Alves, 2014).

Um exemplo notável dessa intersecção é a presença de sítios arqueológicos em parques naturais. Esses sítios são testemunhos da história humana, com vestígios de antigas civilizações, assentamentos e actividades culturais (Alves, 2014). Esses locais arqueológicos podem oferecer percepções valiosas sobre a cultura, a história e a vida das comunidades que habitavam a região no passado (Cordeiro, 2015). Ao preservar esses sítios, os parques naturais protegem tanto o património cultural como o meio ambiente natural, proporcionando uma experiência única aos visitantes.

Além dos sítios arqueológicos, os parques naturais também podem abrigar elementos culturais imateriais, como tradições, práticas culturais e conhecimentos tradicionais transmitidos ao longo das gerações (Fernandes, 2004). Comunidades locais que vivem nas proximidades dos parques muitas vezes possuem uma herança cultural única, com suas próprias línguas, artesanato, música, danças e costumes. Esses elementos culturais são parte integrante da identidade dessas comunidades e estão ligados ao ambiente natural em que vivem (Fernandes, 2004). Os parques naturais podem desempenhar um papel importante na preservação e valorização dessas expressões culturais, promovendo o respeito às tradições e envolvendo as comunidades locais na gestão dos parques (Alves, 2014).

A relação entre património cultural e parques naturais também pode ser observada na maneira como os locais sagrados e religiosos são incorporados aos parques. Muitos parques naturais abrigam locais considerados sagrados pelas comunidades locais, com uma forte conexão espiritual com a natureza (Alves, 2014). Esses locais podem incluir montanhas, rios, cavernas ou florestas que são reverenciados e protegidos por sua importância cultural e religiosa. A preservação desses

locais sagrados em parques naturais reconhece a importância dessas crenças e práticas culturais para as comunidades locais, enquanto também protege o ambiente natural associado a eles (Cordeiro, 2015).

Neste âmbito, a intersecção entre património cultural e parques naturais destaca a importância de uma abordagem integrada na conservação e gestão dessas áreas (Cordeiro, 2015). Reconhecer e valorizar a relação entre elementos naturais e culturais é fundamental para a preservação da diversidade cultural e natural do nosso planeta (Alves, 2014).

Além disso, essa intersecção pode enriquecer a experiência dos visitantes, oferecendo uma compreensão mais profunda da interconexão entre a natureza e a cultura, promovendo assim uma maior apreciação e conscientização sobre a importância da conservação ambiental e do património cultural (Alves, 2014).

3 CAPÍTULO III – Área de Estudo

Neste capítulo pretende-se ilustrar através de mapas e descrições a localização geográfica do distrito de Gorongosa e o PNG. Através destes aspectos, serão descritas as componentes históricas e socioculturais.

3.1 Localização Geográfica do Distrito e Parque Nacional de Gorongosa

O distrito de Gorongosa está localizado na província de Sofala, na região central de Moçambique. Sua capital, a vila de Gorongosa, está situada às margens do rio Pungué, a cerca de 183 quilómetros a oeste da cidade portuária de Beira, que é a segunda maior cidade de Moçambique (MAE, 2005).

O distrito de Gorongosa faz fronteira com outros distritos da província de Sofala, incluindo o distrito de Nhamatanda ao norte, o distrito de Maríngue a leste, o distrito de Cheringoma a sul e o distrito de Chemba a oeste. A maior parte do território do distrito é coberta por florestas e savanas, e é atravessada por vários rios e riachos, incluindo o rio Pungué, o rio Muiraquiua e o rio Gorongosa (MITUR, 2007).

Em relação a coordenadas geográficas o distrito de Gorongosa, localiza-se no extremo Oeste da província de Sofala, entre os paralelos 18° 41' 15.89" Sul e entre os meridianos 34° 4' 16.70" Este. (MAE, 2005).

É um distrito cuja economia é impulsionada principalmente pela agricultura de subsistência. As comunidades locais cultivam uma variedade de culturas, e habitado por várias comunidades étnicas, cada uma com sua própria cultura e tradições (MAE, 2005). Além do Parque Nacional da Gorongosa, a área possui outros recursos naturais significativos, como florestas, rios e lagos (MAE, 2005).

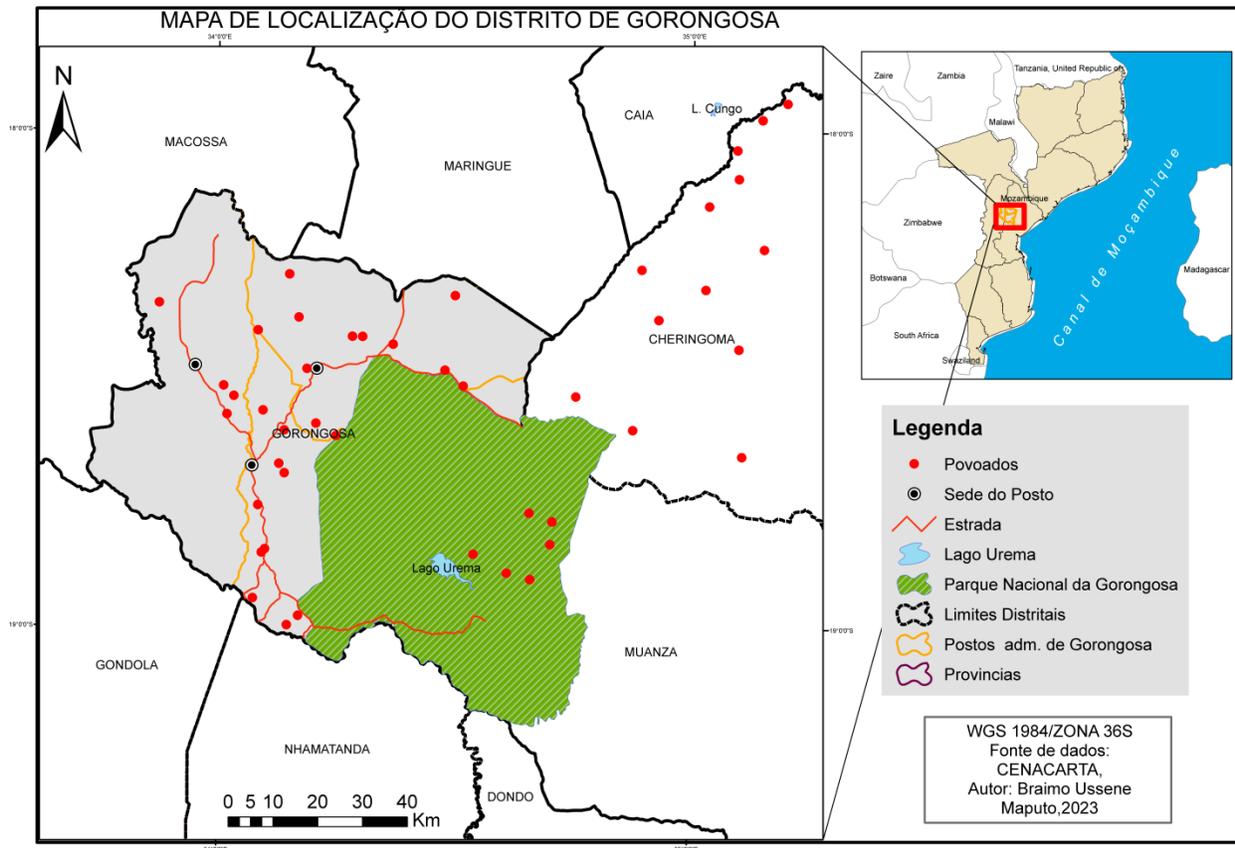


Figura 1 - Localização geográfica do distrito de Gorongosa (o autor)

3.2 Parque Nacional da Gorongosa

O Parque Nacional da Gorongosa é uma reserva de vida selvagem localizada no sudeste de Moçambique, na região da África Austral. Suas coordenadas geográficas aproximadas são cerca de 18°57' S de latitude e 34°23' E de longitude. O parque abrange uma área vasta e variada, situando-se nas coordenadas entre 18°39' e 19°28' S de latitude e 34°12' e 35°03' E de longitude. (Levi, 2012:83).

O parque é delimitado a leste pelo Rio Púnguè, a oeste pelo Planalto de Cheringoma e ao sul pelas Montanhas de Gorongosa. As fronteiras naturais e a diversidade de habitat são um dos pontos fortes deste parque, criando condições ideais para uma grande variedade de vida selvagem.

É conhecido por sua rica biodiversidade, incluindo mais de 400 espécies de aves, 100 espécies de mamíferos e uma grande variedade de plantas e insectos (Levi, 2012: 84).

O parque foi fundado em 1960, mas foi devastado pela guerra civil que assolou Moçambique na década de 1980 e 1990 (MAE, 2006).

Em 2004, a Fundação Carr, uma organização sem fins lucrativos, iniciou um projecto de restauração para ajudar a proteger a vida selvagem e promover o desenvolvimento sustentável na área. Desde então, o parque tem-se recuperado lentamente, com a ajuda de equipas locais e internacionais de conservação (Levi, 2012: 27).

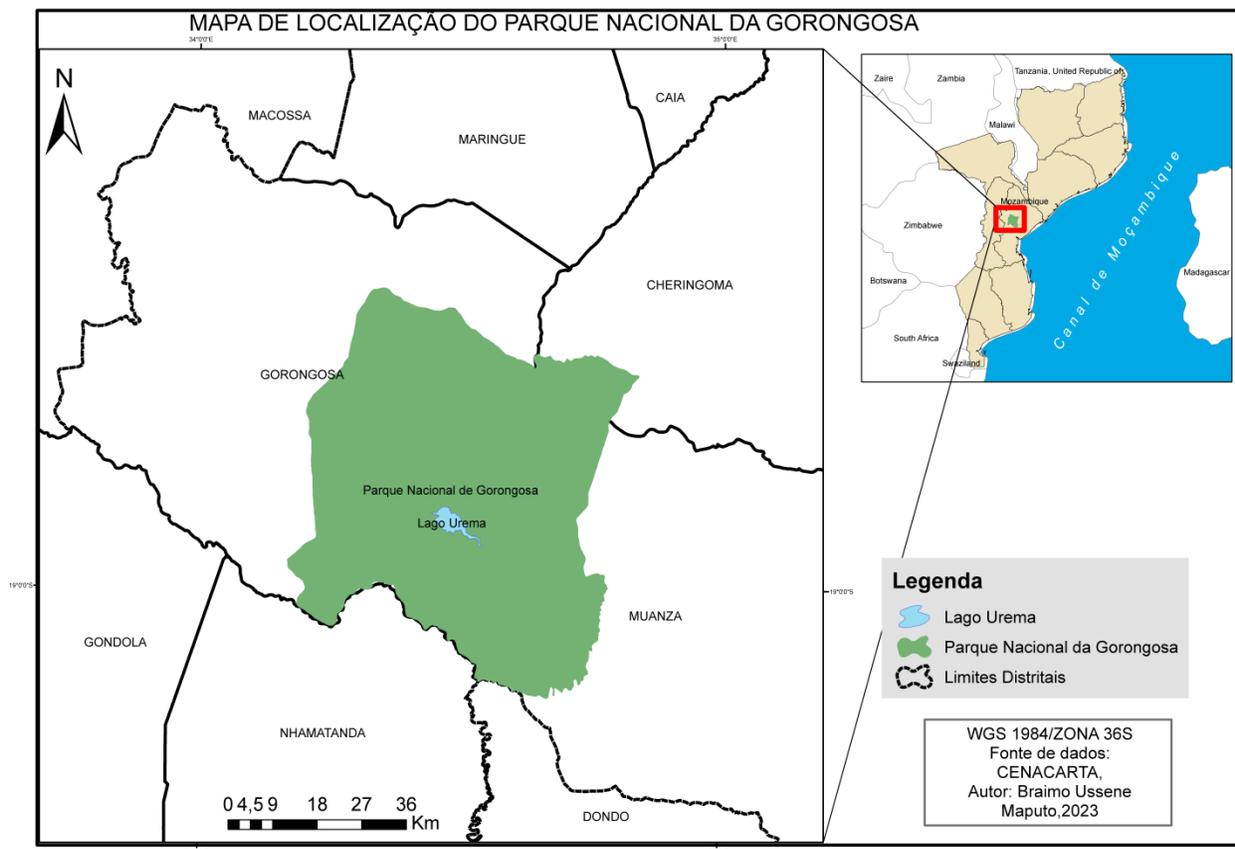


Figura 2 - Localização Geográfica do Parque Nacional de Gorongosa (o autor)

Em relação à fauna, o parque é o lar de uma variedade impressionante de animais selvagens. Entre as espécies icónicas presentes no Parque Nacional da Gorongosa, destacam-se elefantes africanos, búfalos-cabos, leões, leopardos, hipopótamos, crocodilos e diversas espécies de antílopes, como impalas, elandes e kudus.



Figura 3 - Uma família de leões (Levi, 2012)



Figura 4 - Um babuíno de Gorongosa (Levi, 2012)



Figura 5 - Uma mãe elefante e seu filhote (Levi, 2012)



Figura 6 - Impala (Levi, 2012)



Figura 7 - Uma ave da espécie Cardeal (Levi, 2012)



Figura 8 - *Philothamnus semivariegatus*, comumente conhecida como a cobra-do-mato malhada (Levi, 2012)

3.3 Gorongosa como exemplo de combinação de actividades de protecção e turismo

A Gorongosa é um exemplo notável de como a combinação de actividades de protecção e turismo pode ser usada para revitalizar uma região e preservar a biodiversidade. No entanto, de acordo com Administração Distrital de Gorongosa (2006), Gorongosa foi inicialmente estabelecida como uma reserva de caça em 1920, demonstrando a preocupação inicial com a conservação da vida selvagem na região.

A área de conservação da Gorongosa foi gradualmente expandida ao longo dos anos, tornando-se um Parque Nacional em 1960, o que ajudou a preservar uma grande variedade de habitats e espécies (Cordeiro, 2015).

No que concerne ao turismo no Parque Nacional da Gorongosa, teve início nas décadas de 1950 e 1960. Mais precisamente, na década de 1950, foi construído um acampamento turístico na planície aluvial chamada "Tando," nas margens do rio Mussicadzi (Cordeiro, 2015). No entanto, este acampamento foi abandonado dois anos depois devido a inundações durante a época das chuvas (Cordeiro, 2015).

Em 1951, um novo acampamento turístico denominado "Chitengo" foi construído, e este acampamento incluía instalações como um restaurante e um bar (Cordeiro, 2015). Foi uma tentativa de desenvolver o turismo na região da Gorongosa, proporcionando aos visitantes a oportunidade de explorar a beleza natural e a vida selvagem do parque (Cordeiro, 2015).

No entanto, a caça furtiva e a guerra civil que durou de 1977 a 1992 reduziram drasticamente a população animal do PNG (Cordeiro, 2015). Após o fim da guerra em 1992, houve esforços para reabilitar o Parque Nacional da Gorongosa (Cordeiro, 2015).

Em 2004, o Governo de Moçambique e a Carr Foundation, com sede nos Estados Unidos de América (EUA), acordaram unir esforços no sentido de reconstruir a infraestrutura do Parque, restaurar a sua fauna e flora e estimular o desenvolvimento económico, dando assim início a um novo e importante capítulo da história do Parque (Cordeiro, 2015).

Em Julho de 2010, havendo necessidade de alargar os limites do Parque Nacional da Gorongosa, por forma a aproximá-lo aos limites ecologicamente aceitáveis, através do Decreto nº 22/2010, de 29 de julho, foram alterados os limites do parque. Com esta aquisição o Parque passou a ter uma área de 4067 km² com uma zona tampão de cerca de 3300 km² (Nóvoa, 2012).

3.4 Aspectos Socioculturais

Neste momento, A região da Gorongosa apresenta um património natural de grande relevância, em grande parte devido a quatro principais acidentes geográficos, a Serra da Gorongosa, o planalto de Gorongosa-Barué, o Vale de Rift, e o planalto de Cheringoma. São estas formações que permitem a existência de diferentes ecossistemas que sustentam a vasta biodiversidade da região (Administração distrital da Gorongosa, 2006).

Mais de catorze (14) comunidades vivem ao redor do PNG, algumas delas habitam em pequenas aldeias tradicionais governadas por um Régulo ² com o apoio de curandeiros que servem de elo entre os espíritos dos antepassados e o mundo material, trabalham no sentido de levarem prosperidade para as comunidades assim como na resolução de conflitos e problemas de saúde (Administração distrital da Gorongosa, 2006).

Além destes chefes tradicionais boa parte das comunidades são governadas por Sapandas e Fumos (Levi, 2012: 89). As comunidades locais consideram a Serra da Gorongosa um local sagrado devido a uma combinação de razões culturais, espirituais e históricas. Pelo que só se pode visitar mediante a permissão do Régulo, podendo o visitante ser convocado a participar numa cerimónia tradicional ou a dar uma oferta antes de ser concedida a autorização (Levi, 2012; Administração distrital da Gorongosa, 2006)

Além disso, as comunidades locais em torno de Gorongosa têm uma relação estreita com o parque e seus recursos naturais que envolve diversos aspectos, incluindo a subsistência, a cultura e a dependência dos recursos naturais. Muitas pessoas dependem do parque para subsistência, seja através da colecta de produtos florestais não madeireiros, como frutas e nozes, ou da pesca nos rios que atravessam o parque.

i. Arte

Em termos artísticos, segundo Levi (2012), os Sena possuem uma herança cultural rica em canções e danças tradicionais, normalmente apresentadas em celebrações e cerimónias tradicionais e oficiais. Podendo-se ouvir desde a marrabenta ³ aos variados ritmos tocados por instrumentos

² Chefe tradicional proveniente de linhagens respeitadas cuja função consiste em ser consultor ou juiz de questões ligadas a sua comunidade (Levi 2012)

³ Ritmo musical acompanhado de uma dança típica do Sul de Moçambique-Maputo (Levi, 2012)

como marimbas e tambores, fazendo-se acompanhar pelas danças e canções tradicionais dos vários grupos locais.

As histórias também fazem parte da expressão cultural dos Sena, incluem mitos e experiências pessoais normalmente contadas em volta da fogueira. O artesanato feito em barro, palha ou madeira é um legado transmitido de geração em geração, que resulta em objectos brilhantes que infelizmente tem tendência a desaparecer ao longo dos anos (Levi, 2012).

ii. Actividades Tradicionais

Tornar o desenvolvimento económico compatível com a conservação dos recursos naturais constitui um dos principais desafios na gestão das AP's. Assim, é importante o incentivo à prática de actividades alternativas, que não estejam totalmente dependentes da exploração dos recursos naturais (Administração distrital da Gorongosa, 2006).

As actividades mais praticadas pelas comunidades residentes junto ao PNG são a agricultura, a pecuária, a apicultura, a extracção de madeira, o artesanato e a produção de carvão vegetal. A agricultura de subsistência e a pecuária (criação de animais como galinhas, cabras, patos e porcos) são a fonte de rendimento e de sobrevivência das famílias, entretanto, para limpar as áreas de cultivo a população recorre a queimadas e ao abate de áreas florestais sem qualquer controle colocando em risco não só a fauna e a flora do Parque, mas também as suas próprias vidas (Levi, 2012)

4 CAPÍTULO IV – Quadro Legal

Neste capítulo, empreende-se uma análise da confluência entre a legislação nacional relativa ao património cultural e natural e o funcionamento do PNG. A relevância deste exame reside na compreensão dos fundamentos legais que norteiam a gestão de nosso património, bem como na identificação de sinergias e possíveis áreas de aprimoramento. A análise escolhida para esse trabalho foi baseada na perspectiva mencionada a seguir.

4.1 Aplicação da Legislação do Património Cultural e Natural no funcionamento Parque Nacional da Gorongosa

Para avaliar a aplicação da legislação do património cultural e natural no funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa em Moçambique, é necessário considerar vários factores.

Em primeiro lugar, é importante avaliar se o parque cumpre com as disposições legais que regem a sua criação e funcionamento, incluindo as normas e procedimentos estabelecidos pela Lei de Conservação da Biodiversidade e Áreas de Conservação em Moçambique e pelo Regulamento dos Parques Nacionais de Moçambique.

Também é importante avaliar se o parque promove a conservação do património cultural e natural, incluindo a protecção da fauna e da flora, bem como dos sítios arqueológicos e outras formas de património cultural existentes no parque.

Outro factor importante a considerar é se o parque promove a participação e envolvimento das comunidades locais na gestão do parque. Isso inclui a promoção de actividades económicas sustentáveis para as comunidades, a realização de programas educacionais e de conscientização ambiental, e a implementação de estratégias para a resolução de conflitos entre as comunidades locais e o parque (Lei n.º 16/2014 de 20 de Junho)

Por fim, é fundamental avaliar se o parque está promover a pesquisa científica e o monitoramento ambiental, conforme estabelecido na legislação de conservação da biodiversidade e áreas de conservação em Moçambique. Isso inclui a colecta de dados sobre a biodiversidade e outros recursos naturais existentes no parque, bem como a análise desses dados para identificar tendências e desenvolver estratégias para a conservação do parque (Lei n.º 16/2014 de 20 de Junho).

4.2 Legislação do Património Cultural e Natural de Moçambique

Tabela 1 - Legislação do Património Cultural de Moçambique

Património cultural	
Lei / Decreto / Resolução	Descrição Geral
<p>Lei 10/88 de 22 de Dezembro – determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano</p> <p>Decreto nº 27/94 de 20 de Julho – aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural</p> <p>Decreto nº 29/98 de 9 de Junho – Determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano</p> <p>Decreto nº55/2016, de 28 de Novembro – Regulamento sobre a Gestão de Bens Culturais Imóveis</p> <p>Resolução nº 12/97 de 10 de Junho – aprova a Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação</p> <p>Resolução nº12/2010, de 2 de Junho – aprova a Política de Monumentos</p>	<p>Tem como objectivo principal a protecção, conservação e promoção do património cultural do país, que inclui bens materiais e imateriais de valor histórico, arqueológico, artístico, científico e cultural.</p> <p>Define os critérios e procedimentos para a identificação, documentação, inventário, restauração, conservação e valorização do património cultural, bem como para a gestão dos sítios e monumentos históricos, museus e arquivos.</p> <p>Estabelece as responsabilidades das autoridades públicas e privadas na gestão do património cultural, bem como as bases para a cooperação internacional neste campo. Elas visam garantir que o património cultural seja preservado para as gerações presentes e futuras e seja valorizado como um bem colectivo e de interesse público.</p>

Tabela 2 - Legislação do Património Natural

Património natural	
Lei / Decreto / Resolução	Descrição Geral
<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro – aprova a Lei de Terras. • Lei n.º 10/99, de 7 de Julho – aprova a Lei de Florestas e Fauna Bravia • Lei n.º 4/2004, de 17 de Junho – estabelece o quadro legal para o fomento e exercício de actividades turísticas. • Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho – aprova a Lei do Ordenamento do Território • Lei nº5/2017 de 11 de Maio, que determina a protecção, conservação e uso sustentável da diversidade biológica • Resolução nº39/2017, de 14 de Setembro – aprova a Política e Estratégia do Mar, abreviadamente designada POLMAR. • Decreto nº97/2020 de 4 de Outubro – Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira e das Praias 	<p>Estabelecem normas e procedimentos para a gestão e conservação desses recursos naturais. Isso inclui a criação de áreas protegidas, como parques nacionais, reservas naturais e áreas de conservação comunitárias, que têm como objectivo preservar a biodiversidade e os ecossistemas do país.</p> <p>Estabelecem regras para a exploração e uso sustentável dos recursos naturais, como a pesca, a exploração florestal e a mineração. Essas actividades são importantes para a economia do país, mas precisam ser realizadas de forma responsável, a fim de garantir a conservação do património natural para as gerações futuras.</p> <p>Promovem a educação ambiental, conscientizando a população sobre a importância da conservação da natureza e incentivando a adopção de práticas sustentáveis.</p>

4.3 Legislação Internacional

As convenções internacionais são acordos entre países para promover a protecção, conservação e gestão do património cultural e natural em escala global (Ferreira, 2020). Essas convenções são importantes porque estabelecem directrizes e normas internacionais para a protecção e gestão do património cultural e natural. Elas incentivam a cooperação internacional e promovem a conscientização sobre a importância desses patrimónios para a humanidade. A adesão a essas convenções é uma demonstração do compromisso dos países em proteger e conservar o património cultural e natural para as gerações futuras.

Para efeitos do presente trabalho, destacam-se as convenções da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Quando se trata do Parque Nacional da Gorongosa, a aplicação das convenções da UNESCO é essencial, pois ajuda a reconhecer e proteger a importância global do local. A relação das convenções da UNESCO com o tema do presente trabalho circunscreve-se no âmbito de protecção e valorização do património cultural e natural, nas suas diversas categorias. No entanto, a seguir apresenta-se uma descrição das convenções da UNESCO aplicadas a este trabalho.

A Convenção da UNESCO de 1972 para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural - Essa convenção visa identificar, proteger e preservar locais e áreas considerados de importância cultural e natural excepcional em todo o mundo. Estabelece também a Lista do Património Mundial da UNESCO, que inclui locais como monumentos, sítios arqueológicos, parques naturais e culturais que merecem protecção e reconhecimento internacional.

A Convenção da UNESCO de 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial - Diferente da convenção anterior, esta foca na preservação de tradições culturais, práticas, conhecimentos e expressões que são transmitidos de geração em geração. Reconhece a importância do património cultural imaterial na identidade cultural das comunidades e incentiva sua salvaguarda.

A Convenção da UNESCO de 2005 para a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais - Tem como objetivo proteger e promover a diversidade cultural e as expressões culturais em todo o mundo. Encoraja políticas que promovam a circulação de bens culturais e artísticos, bem como a participação das culturas diversas na vida pública.

5 CAPÍTULO V – Uma análise à diversidade Cultural e Natural do Parque Nacional da Gorongosa: Contributo para potencial classificação

Neste capítulo, apresentar-se-ão os diferentes bens que fazem parte do património cultural e natural de Gorongosa. Todos esses bens estão separados por categorias, onde serão seguidos das definições, descrição e caracterização.

5.1 Património cultural de Gorongosa

Ao tratar do património cultural de qualquer região de Moçambique, importa referenciar a definição do património cultural no âmbito da lei nº 10/88 de 22 de Dezembro⁴ e a Resolução nº 12/97 de 10 de Junho⁵. Estes documentos são essenciais para abordar questões relacionadas ao património cultural, aliando-se a legislação da biodiversidade e a lei de terras.

Existem no PNG diversos elementos relacionados ao património cultural, muitos dos quais ainda não foram classificados. Pois, a classificação é um processo pelo qual um bem cultural, seja ele um edifício, monumento, sítio arqueológico, paisagem ou qualquer outro elemento com valor histórico, cultural, arquitectónico, científico ou artístico, é oficialmente reconhecido e protegido pelo Estado ou por uma entidade responsável pela preservação do património cultural (Alves, 2014)

O objectivo principal da classificação é preservar a integridade e autenticidade do bem cultural, protegendo-o contra ameaças de destruição, descaracterização, degradação ou danos (Alves, 2014). Ao ser classificado, o património cultural passa a ter uma posição legal que o coloca sob a guarda e protecção do órgão responsável pela preservação do património cultural do país, estado ou município (Alves, 2014).

5.2 Estações Arqueológicas

As estações arqueológicas são classificadas por lei como bens imóveis (Lei 10/88 de 22 de Dezembro). Entretanto, no PNG, as estações ainda estão apenas codificadas e em processo de estudo no âmbito do projecto “Oxford-Gorongosa Paleo-primate project. Neste projecto, foram identificadas diversas estações arqueológicas sobre a emergência de seres humanos

⁴ Determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano

⁵ Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação

anatomicamente modernos (*Homo Sapiens sapiens*), há cerca de 500 mil anos até 10 mil anos (PPP, 2018).

Diante deste aspecto, importa referir que todas as evidências e bens materiais móveis e imóveis, ou qualquer traço da existência do homem, que tenha sido detectado ou possa vir a ser detectado à superfície, no subsolo, leito de águas interiores e plataforma continental, a partir das quais se pode extrair informações arqueológicas sobre o passado da Humanidade, devem apenas ser removidos ou escavados, com recurso a meios científicos e técnicos apropriados e licenciados pela autoridade competente, sendo assim, passíveis de classificação (Decreto 27/94 de Julho).

Além dos elementos acima mencionados, existem grutas e cavernas, que são frequentemente locais de grande potencial arqueológico e cultural. Esses ambientes subterrâneos podem preservar evidências valiosas sobre o passado humano, oferecendo informações sobre as actividades das sociedades antigas, sua arte, rituais e até mesmo a evolução da fauna e flora (PPPG, 2018)

No PNG, através das actividades de Espeleologia⁶, foram encontradas diversas cavernas e grutas com potencial arqueológico e possíveis sinais de usos para rituais sagrados, assim como aproveitamento turístico (PPPG, 2018). Estes são locais que podem ser considerados culturais quando possuem valor histórico, arqueológico, artístico ou antropológico significativo. (PPPG, 2018) Esses ambientes muitas vezes foram utilizados por populações antigas para abrigo, rituais religiosos, cerimónias, produção de arte rupestre e até mesmo como cemitérios. Como resultado disso, eles podem conter vestígios materiais e imateriais que são testemunhos importantes da história e cultura de povos que habitaram essas áreas ao longo do tempo (PPPG, 2018).

As cavernas do PNG, estão a ser estudadas desde o ano de 2016 através do Paleo-primate Project (PPP). O principal objectivo da equipe de espeleologia da PPP é inventariar e caracterizar as cavernas localizadas nas áreas de calcário do PNG, com o objectivo de determinar seu potencial arqueológico e paleontológico, especialmente no estudo da evolução humana (PPP, 2018).

"Ntoé" é o nome dado pelos habitantes locais ao tipo de árvore que cresceu na entrada da gruta. Esta gruta era usada para capturar animais com armadilhas e laços, ambos colocados dentro da câmara principal (PPPG, 2018).

⁶ Ciência que estuda as cavernas, grutas e outras cavidades subterrâneas naturais



Figura 9 - Entrada da gruta de e antiga armadilha de animais dentro da gruta (PPG, 2018)

5.3 Práticas mágico-religiosas, lugares e florestas sagradas

A relação entre práticas mágico-religiosas, lugares sagrados e florestas sagradas está enraizada na espiritualidade e na crença de que certos locais possuem uma conexão especial com o divino, o sobrenatural ou os espíritos da natureza (Mulhaisse, 2020).

No que concerne as práticas mágico religiosas, a que mais se destaca no PNG é a “Sembé”⁷. A sembê é feita na presença de fumos, sapandas e membros da família do régulo, das comunidades e visitantes (Mulhaisse, 2020). Acredita-se que, caso não passe por aquela cerimônia, os visitantes ficam desprotegidos contra os ataques pelos animais ferozes, no decurso da visita a ser feita (Mulhaisse, 2020).

5.4 Lugares e Florestas Sagradas

No contexto de estudos do património cultural, os sítios e lugares sagrados referem-se a locais específicos que possuem significado religioso, espiritual, histórico ou cultural para determinadas

⁷ A sembê constitui uma manifestação da religião que, de acordo com Juno (1996), compreende todos os ritos, concepções ou sentimentos que passam pela crença em espíritos pessoais, semi-pessoais ou coletivos revestidos dos atributos de divindade. Enquadra-se nas práticas mágico-religiosas e consiste em uma cerimônia de evocação aos espíritos conduzida geralmente pelo régulo em sua casa, com o intuito de suplicar-lhes a “visita” aos lugares sagrados pelo Muzungo

comunidades ou grupos de pessoas (Mulhaisse, 2020). Esses locais são considerados especiais e sagrados devido a crenças, práticas religiosas, rituais, mitos ou histórias associadas a eles.

Em Gorongosa existem cerca de 7 (sete) lugares sagrados, nomeadamente:

Tabela 3 - Lugares e florestas sagradas

Lugares Sagrados		
cascatas de Murombodzi	Cascatas de Nhamu	Florestas
		Chitunga
		Cucuia
		Gogogo
		Phacolacanga
		Samatenge

A importância dos sítios e lugares sagrados reside em sua conexão com a identidade cultural e espiritual das comunidades, bem como em sua contribuição para a preservação da história e tradições culturais (Mulhaisse, 2020). O Parque Nacional da Gorongosa é uma área de grande importância ecológica e cultural em Moçambique. A existência destes lugares e florestas sagradas desempenham um papel fundamental no património cultural da região (Mulhaisse, 2020).

No entanto, torna-se necessário fundamentar as principais razões pelas quais esses lugares e florestas sagradas são vitais para o património cultural no PNG. Em primeira instância, destaca-se a Herança espiritual (Mulhaisse, 2020). Pois, os lugares sagrados têm um significado espiritual e religioso para as comunidades locais do PNG, são lugares vistos como espaços onde ocorrem interações entre o mundo material e o espiritual, e onde ancestrais ou seres divinos podem ser contados ou honrados. Essa conexão espiritual é fundamental para a identidade cultural das comunidades locais (Mulhaisse, 2020).

Além destes aspectos, destaca-se o conhecimento tradicional e a conservação da biodiversidade. Os lugares sagrados são frequentemente associados a histórias, mitos e rituais transmitidos oralmente ao longo de gerações (Mulhaisse, 2020). Eles carregam conhecimentos tradicionais sobre a história local, práticas agrícolas, medicina tradicional e outras tradições culturais. E são locais que ajudam na conservação da biodiversidade porque são mantidos como santuários naturais

pelas comunidades locais (Mulhaise, 2020). E desse modo, tornam-se como zonas de conservação onde práticas de protecção da natureza são observadas devido à sua relevância cultural e espiritual.

Um outro aspecto a ser destacado é a coesão social e identidade. A existência de lugares sagrados fortalece o senso de comunidade e coesão social dentro das aldeias e tribos. Eles servem como pontos de referência para as comunidades locais e são símbolos importantes de sua identidade cultural e histórica, culminando assim com o respeito a natureza.

E por último, temos o Turismo cultural e ecoturismo. Os lugares sagrados podem atrair visitantes interessados em explorar a cultura e tradições locais. O turismo cultural e o ecoturismo podem ser fontes de renda para as comunidades próximas e ajudar a promover a conservação desses locais.



Figura 10 - Vista panorâmica da floresta sagrada de cuculha (Mulhaise, 2020)

5.5 Ecossistemas

O património natural na Gorongosa consiste numa variedade de ecossistema (Solange Macamo, comunicação pessoal 2023), e enquanto recurso não renovável, encontra-se exposto a diversas situações de vulnerabilidade designadamente a que resulta da acção antrópica (Alves et al 2014). Uma das formas de proteger mas, também, de valorizar e reconhecer a singularidade, raridade ou representatividade do património natural de um determinado território é através da sua classificação (Alves et al 2014).

O património natural pode-se definir de várias maneiras, referindo-se às áreas e elementos da natureza que possuem valor intrínseco, científico, estético, educacional, culturais e/ou recreativos (Pereira 2018). Contudo, por meio da Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural da

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que, pela primeira vez, definiu o património natural, considerando-o como:

os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972: 02)

Deste modo, vale ressaltar que a definição apresentada afirma uma noção de património natural ligada à estética da paisagem, a valores cénicos, e uma visão sistémica em relação ao funcionamento da natureza, vinculando o valor universal excepcional à beleza, à ciência e à conservação (Pereira, 2018).

No caso do PNG, a sua singularidade e importância são atestadas, entre outros, pela sua elevada importância nos domínios paleontológico, arqueológico, sociocultural, geomorfológicas e paisagístico, o que justifica uma preocupação na sua classificação como Monumento Cultural Natural (Cordeiro, 2015)

Os monumentos culturais e naturais de acordo com a Lei n.º 5/2017, de 11 de Maio (Lei da Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica):

Constituem áreas de conservação total de domínio público do Estado, autárquico, comunitário ou privado, contendo um ou mais elementos com valor natural, estético, geológico, religioso, histórico ou cultural excepcional ou único, em área inferior a 100 hectares que, pela sua singularidade e raridade, exigem a sua conservação e manutenção da sua integridade.

Os monumentos de acordo a Lei n.º 5/2017 visam a protecção ou conservação elementos naturais ou culturais específicos proporcionando a realização de actividades de ecoturismo, recreação, educação e investigação científica.

Todos estes aspectos acima mencionados, abrangem na íntegra o Parque Nacional da Gorongosa. No entanto, tendo em conta que para se definir como monumento natural é preciso reunir os elementos a seguir mencionados, e só assim podemos afirmar que cumpre os preceitos:

- a) Características geológicas e geomorfológicas naturais;
- b) Formações naturais influenciadas por aspectos culturais, tais como pinturas rupestres em cavernas e trilhos antigos;
- c) Locais de características mistas naturais e culturais: como é o caso das áreas naturais espirituais (bosques sagrados, nascentes, cascatas, montanhas, enseadas marinhas e outras) de importância para um ou mais grupos crentes;
- d) Locais culturais com ecologia associada: onde a protecção de um local cultural também protege biodiversidade significativa e importante, como é o caso de locais arqueológicos e históricos que estejam indissociavelmente ligados a uma área natural;
- e) Locais construídos ou transformados pelo Homem com valor estético, religioso, histórico ou cultural excepcional ou único.

Dando seguimento aos aspectos acima mencionados, importa referir que Gorongosa apresenta elementos do Património Natural e Monumentos naturais e culturais.

Destes elementos destacam-se diversos ecossistemas, como savanas, florestas, rios e pântanos, que contribuem para a riqueza da vida selvagem no parque:

Lago Urema

Localizado no centro do parque, que sustenta uma variedade de aves aquáticas e outros animais, tornando-se um ponto focal para a biodiversidade local (Cordeiro, 2015).

Monte Gorongosa

Uma das montanhas mais altas da região central de Moçambique, possui uma ecologia única e é o habitat de várias espécies endémicas, tornando-se um componente vital do património natural da região (Cordeiro, 2015).

Rio e Cascatas de Murombodzi

As Cascatas de Murombodzi são um ponto turístico popular na região de Gorongosa. A beleza cênica das cascatas atrai visitantes, tanto turistas quanto locais, que desejam apreciar a paisagem natural e as quedas d'água (Pickett, S.T.A., et al. 2018).

Planície de Cheringoma

Esta vasta extensão de terras planas é fundamental para as comunidades locais, abrigando uma riqueza de tradições e costumes profundamente enraizados. Além de seu significado cultural, a planície de Cheringoma é um ecossistema precioso, repleto de biodiversidade. (Bessa, R., et al. 2020). Suas vastas paisagens são habitat de uma variedade de espécies animais e vegetais, contribuindo para a sustentação da vida selvagem na região. Esta planície representa não apenas um patrimônio cultural inestimável, mas também um ecossistema vital que merece ser protegido e preservado para as gerações presentes e futuras (Bessa, R., et al. 2020).

Cachoeira Mussicadzi

A Cachoeira Mussicadzi representa um importante significado cultural para as comunidades locais de Gorongosa, sendo considerada um local sagrado e carregado de tradições (Cordeiro, 2015; Mulhaise, 2020). Para essas comunidades, a cachoeira é um espaço de relevância espiritual, onde rituais, cerimônias e práticas tradicionais são realizados, enraizando-se na identidade cultural e nas crenças ancestrais (Pickett, S.T.A., et al. 2018). Além disso, a cachoeira é um ponto de interesse significativo para o turismo na região de Gorongosa, atraindo visitantes em busca da experiência cultural única oferecida pelo local, promovendo não apenas a beleza natural, mas também a preservação das tradições e o intercâmbio cultural entre as comunidades locais e os turistas (Cordeiro, 2020).



Figura 11 - Monte Gorongosa (PNG, 2019)



Figura 13 - Cascatas de Murombodzi (ANAC, 2014)



Figura 12 - Lago Urema (Fotos: O autor)

6 CAPÍTULO IV – Gestão do Património Cultural e Natural do Parque Nacional da Gorongosa

A gestão do património cultural no Parque Nacional da Gorongosa é uma parte importante dos esforços para preservar e proteger tanto a biodiversidade quanto a cultura local da região. Este capítulo apresenta as estratégias e abordagens de Gestão do cultural no PNG, juntamente com as políticas de preservação integradas com o envolvimento da comunidade local

6.1 Estratégias e Abordagens de Gestão do Património Cultural e Natural do Parque Nacional da Gorongosa

A gestão do património cultural no Parque Nacional da Gorongosa (PNG) ainda não está consolidada em relação a gestão do parque em termos de património natural, sendo assim necessário uma abordagem holística. Nesta abordagem, é reconhecida a ligação intrínseca que existe entre as culturas locais, à terra e à biodiversidade (Coiás, 2012).

No entanto, constitui um desafio importante para as pessoas de todas as partes, numa época de globalização crescente, a protecção, conservação, interpretação e apresentação do património e da diversidade cultural de qualquer lugar. (ICOMOS, 1999). Neste âmbito, a gestão de um património, dentro de um enquadramento de normas internacionalmente reconhecidas e apropriadamente aplicadas, é, geralmente, da responsabilidade da comunidade, ou do grupo de custódia, particular (Bezerra, 2012:05).

Diante dos aspectos acima descritos, um dos problemas que os parques enfrentam é a perda da integridade e autenticidade dos valores patrimoniais (Bezerra, 2012). À medida que cresce a pressão sobre o uso e a ocupação do solo urbano, decorrente do processo de expansão e desenvolvimento das cidades, amplia-se a necessidade do fortalecimento do sistema de gestão patrimonial visando à conservação dos bens naturais e culturais (Bezerra, 2012).

Entretanto, no caso do PNG, torna-se imperioso a criação de instrumentos que sejam eficazes para operacionalizar os processos de avaliação patrimonial e, conseqüentemente, sua conservação e gestão.

Neste capítulo, far-se-á uma análise às estratégias e abordagens empregadas para gerir o património cultural e natural dentro do Parque Nacional da Gorongosa, considerando as políticas de preservação integrada.

6.2 Políticas de Preservação Integrada

As políticas de preservação consideram tanto os valores culturais quanto os naturais, buscando equilibrar a conservação ambiental com a salvaguarda das tradições e práticas das comunidades locais (ICOMOS, 1999).

Para o contexto de políticas de conservação integrada, de acordo com o ICOMOS (1999),

um objectivo primário da gestão do património é a comunicação do seu significado e a necessidade da sua conservação para a sua comunidade residente e para os visitantes. O acesso ao património, razoável e bem gerida física, intelectual e emocionalmente, e ao desenvolvimento cultural é tanto um direito, como um privilégio.

Dada à carência e inoperância dos instrumentos e procedimentos metodológicos, somadas à falta de integração dos sistemas de gestão da conservação do património natural e cultural, essa preocupação se insere na pauta e no contexto das políticas de gestão patrimonial nos diversos âmbitos governamentais (Bezerra, 2012:06) Uma das dificuldades encontradas são as bases conceituais e metodológicas, que se prestam à operacionalização da avaliação dos bens com vista ao monitoramento da conservação integrada patrimonial.

No entanto, as efetivações das políticas de preservação integrada dependem efectivamente de valorização da Cultura Local e promoção do Turismo Cultural Sustentável, documentação e Pesquisa, educação e sensibilização, integração de cultura e conservação, colaboração com especialistas e comunidades e a conservação e por último, a gestão de sítios e bens patrimoniais

A conservação de sítios e bens é uma parte fundamental da gestão do património cultural no Parque Nacional da Gorongosa. A protecção desses elementos históricos e culturais garante que as gerações presentes e futuras possam apreciar e aprender com a rica herança da região. Para este âmbito, no contexto da conservação aplica-se a questão da Gestão Patrimonial (Jopela, 2013)

Numa perspectiva mais abrangente, a gestão refere-se à conservação planeada dos recursos patrimoniais existentes, identificados e avaliados, de modo a prevenir a exploração, decadência ou destruição devido à negligência, ignorância ou indiferença por parte de certos sectores do público (Jopela 2013:07).

No entanto, de acordo com Jopela (2013), a gestão constitui todo o processo que visa não só cuidar do local (monumento, estação arqueológica, local histórico, paisagem e sua área circundante), incluindo os bens culturais tangíveis e intangíveis associados, como também reter e manter o seu significado cultural.

E o PNG é um dos poucos parques em Moçambique com estudos arqueológicas, cuja legalização ou institucionalização da gestão de estações em parques naturais, ainda não está consolidada. No entanto, até o momento, a gestão, conservação de sítios e bens patrimoniais circunscrevem-se através da educação ambiental e pesquisas científicas.

6.3 Processo de Gestão do Património Cultural e Natural

De acordo com a Australian Natural Heritage Charter (1999), ao reconhecer os direitos e interesses da comunidade local em seu património, todas as partes envolvidas na identificação, conservação e gestão desse património devem reconhecer, aceitar e agir com base nos princípios de que a comunidade local é a principal fonte de informações sobre o valor de seu património e como este deve ser melhor conservado e de contribuir para as decisões primárias relacionadas ao património local.

Ao identificar e gerenciar esse património a incerteza sobre os valores do património da comunidade local em um local não deve ser usada para justificar actividades que possam danificar ou profanar este património (ANH, 1999).

Todas as partes interessadas relevantes devem ser consultadas sobre assuntos relacionados ao património da comunidade local e o processo e os resultados do planeamento do património da comunidade local devem obedecer à lei costumeira, às leis relevantes do Commonwealth e do Estado/Território, aos tratados internacionais e convénios relevantes e a quaisquer outros acordos legalmente vinculativos (ANH, 1999).

No entanto, diante de todos estes aspectos, deve-se observar restrições culturais sobre informações relacionadas a um local de património da comunidade local, sendo assim essencial para manter seu valor patrimonial.

6.4 Envolvimento da Comunidade Local

A consulta e negociação são centrais no processo de gestão do património da comunidade local. É importante reconhecer que a comunidade local frequentemente tem uma ampla gama de questões que precisam abordar e o projecto ou actividade pode não ser uma prioridade imediata (AHC, 2002). Em alguns casos, as pessoas da comunidade local podem estar satisfeitas em serem mantidas informadas sobre o projecto ou actividade, enquanto em outros casos, elas podem desejar um envolvimento mais activo (AHC, 2002).

No entanto, de acordo com Jopela (2011), uma das melhores abordagens para a gestão de locais e paisagens imbuídos de valores deve ser alcançada através da adopção de um sistema de gestão participativo, definido como uma situação na qual dois ou mais actores sociais preocupados com um património negociam, definem e garantem entre si uma partilha equitativa das suas funções, direitos e responsabilidades na gestão do sítio.

E um outro aspecto a considerar é a custódia tradicional. A custódia tradicional de acordo com Jopela (2011), é um potencial na gestão sustentável do património que deve derivar de um exame minucioso sobre a eficácia destes sistemas nos locais onde se encontram operacionais, bem como dos desafios que os mesmos apresentam. Este exercício constitui, portanto, um dos pressupostos para que se possa desenvolver um sistema de gestão capaz de assegurar a preservação do património através dos benefícios dos sistemas de custódia tradicionais, mas sem no entanto renunciar aos métodos modernos que caracterizam a gestão formal do património (Jopela, 2011).

De acordo com a Australian Heritage Commission (2002), o processo de envolvimento comunitário, constitui a identificação, documentação, conservação e gestão de tradições culturais, locais históricos, artefactos, práticas culturais e outros aspectos que são valorizados pela comunidade como parte de sua herança cultural.

No entanto, a seguir apresenta-se uma ilustração dos processos que devem ser seguidos para identificar e gerenciar o património cultural de uma comunidade, baseando-se no modelo do guia da Australian Heritage Commission, no âmbito do manual “Ask Firrt, A Guide to Respecting Indigenous Heritage Places and, Value.

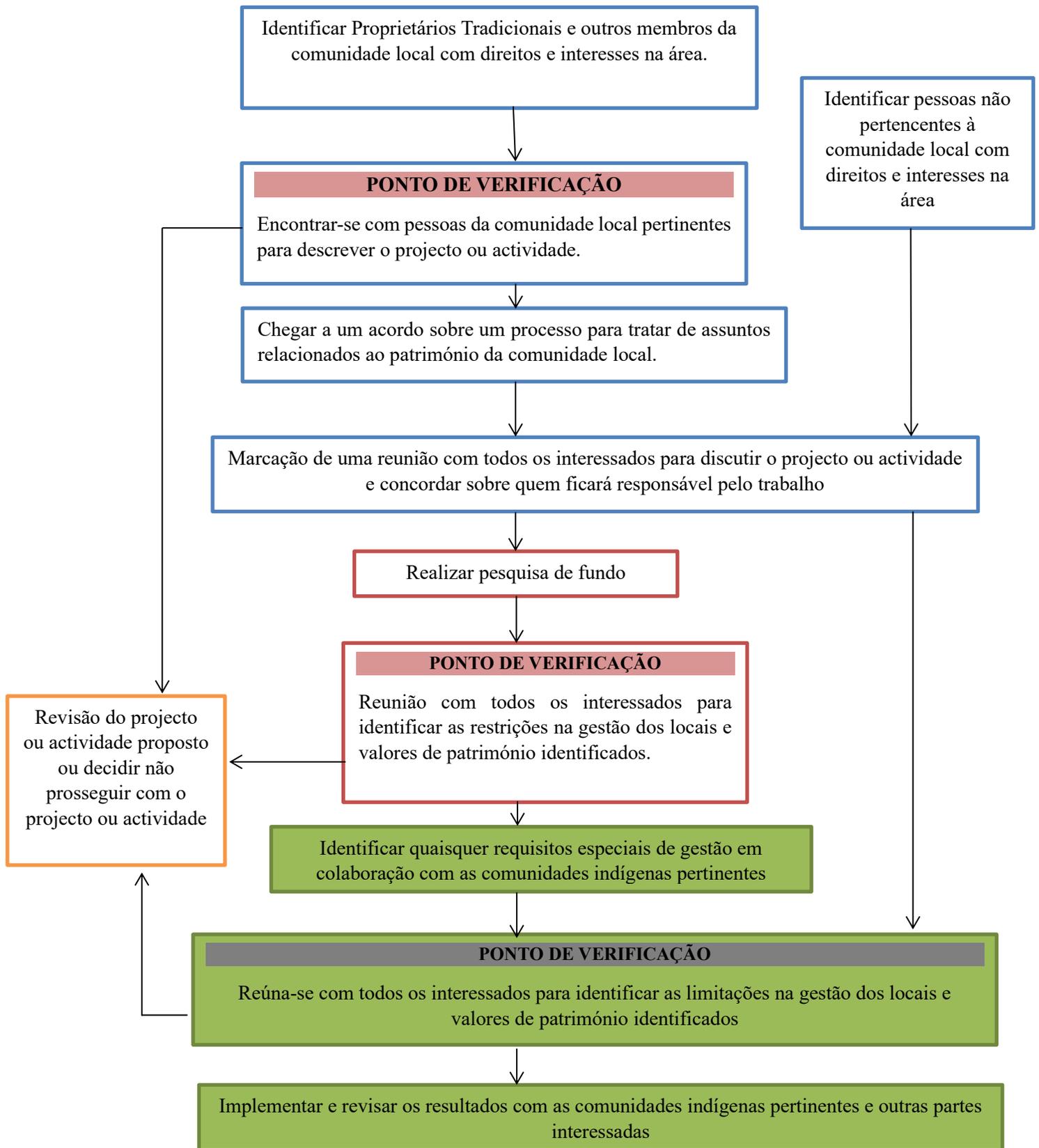


Ilustração 1 - Processo de Identificação do Património Cultural

Em cada ponto de verificação, procede-se o seguinte:

ACÇÕES

- Estabelecer se a comunidade local concorda com o projecto ou actividade.
- Aceitar que a comunidade local pode não expressar as razões para se opor a um projecto ou actividade, especialmente quando isso pode afectar um local de património importante.

INDICAÇÕES

- Considerar aplicar a abordagem precaucionária quando a comunidade local não apoiar o projecto ou actividade, reconhecendo que eles podem usar a legislação Estadual/Territorial para proteger seu património.
- Revisar o projecto e retornar ao ponto de verificação na fase dois.

6.5 Impactos do funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa sobre o património cultural e natural local

O funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa tem um impacto multifacetado no património cultural da região. Desde a preservação o apoio à cultura local e ao turismo cultural, o parque desempenha um papel crucial na promoção do distrito e das potencialidades económicas existentes.

Neste capítulo, apresentar-se-ão os impactos do funcionamento do PNG no património cultural da região, quer positivos tanto como os negativos e os desafios.

6.5.1 Impactos Positivos ao nível do turismo

O PNG, ao atrair visitantes, pode contribuir para a promoção do turismo cultural na região. Isso pode incluir visitas a comunidades locais, onde os turistas podem aprender sobre a cultura, tradições e história da área (Leví, 2012)

No entanto, tratando-se de uma área de conservação e protegida, importa referir que são geralmente estabelecidas principalmente para preservar algum tipo de processo ou condição biofísica, como uma população de vida selvagem, habitat, paisagem natural ou património cultural, como a tradição cultural de uma comunidade (IUCN, 2002:23). Os turistas visitam essas áreas protegidas para compreender e apreciar os valores para os quais a área foi estabelecida e obter benefícios pessoais (IUCN, 2002:23).

O turismo em áreas protegidas gera benefícios e custos. Esses efeitos frequentemente interagem de maneiras complexas. É responsabilidade do planeador da área protegida maximizar os benefícios enquanto minimiza os custos (IUCN, 2002).

6.5.2 Benefícios do turismo

Tabela 4 - Benefícios do turismo

BENEFÍCIOS	
Aprimorando oportunidades económicas.	Aumenta os empregos para os residentes locais
	Aumenta a renda
	Estimula novos empreendimentos turísticos e impulsiona e diversifica a economia local
	Incentiva a fabricação local de produtos
	Obtém novos mercados e divisas estrangeiras
	Melhora os padrões de vida
	Gera receitas fiscais locais
	Permite que os funcionários aprendam novas habilidades
	Aumenta o financiamento para áreas protegidas e comunidades locais
	Protege processos e bacias hidrográficas ecológicas
Conserva a biodiversidade (incluindo genes, espécies e ecossistemas)	
Protege, conserva e valoriza recursos culturais e património construído	

Protegendo o património natural e cultural.	Cria valor económico e protege recursos que, de outra forma, não têm valor percebido para os residentes ou representam um custo em vez de um benefício
	Transmite valores de conservação por meio da educação e interpretação
	Ajuda a comunicar e interpretar os valores do património natural e construído, bem como da herança cultural, para visitantes e residentes de áreas visitadas, construindo assim uma nova geração de consumidores responsáveis
	Apoia a pesquisa e o desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas de gestão para influenciar a operação de empresas de viagens e turismo, bem como o comportamento dos visitantes nos destinos
	Melhora as instalações locais, transporte e comunicações
	Ajuda a desenvolver mecanismos de autofinanciamento para as operações de áreas protegidas.

Melhorando a qualidade de vida.	Promove valores estéticos, espirituais e outros relacionados ao bem-estar
	Apoia a educação ambiental para visitantes e locais
	Estabelece ambientes atraentes para destinos, tanto para os residentes quanto para os visitantes, que podem apoiar outras actividades compatíveis, desde a pesca até indústrias de serviços ou produtos
	Melhora a compreensão intercultural e estimula o desenvolvimento de cultura, artesanato e artes

Aumenta o nível de educação das pessoas locais e incentiva as pessoas a aprenderem os idiomas e culturas dos turistas estrangeiro.

Encoraja as pessoas locais a valorizar sua cultura e ambientes locais.

O património natural e cultural, as diversidades e as culturas vivas são grandes atracções turísticas. Contudo, de acordo a IUCN (1999) o turismo excessivo ou o turismo mal gerido, bem como o desenvolvimento relacionado com o turismo podem ameaçar a sua natureza física, a sua integridade e as suas características significativas. A envolvente ecológica, a cultura e os estilos de vida das comunidades residentes também podem ficar degradadas, assim como a experiência que o visitante tem desse lugar (IUCN, 1999).

Em suma, o turismo (cultural ou natural) é um pilar essencial para a preservação e o sucesso contínuo do Parque Nacional da Gorongosa. Além de fornecer recursos financeiros vitais, ele desempenha um papel crucial na educação ambiental e no envolvimento público na conservação da natureza, enquanto também promove o desenvolvimento sustentável das comunidades locais (Cordeiro 2015).

Não obstante a este aspecto, em relação ao turismo nos seus diversos segmentos, de acordo com a IUCN:

O turismo deve trazer benefícios às comunidades residentes e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para cuidarem e manterem o seu património e as suas práticas culturais. É necessário o envolvimento e a cooperação das comunidades locais e/ou indígenas representativas, dos conservacionistas, dos operadores turísticos, dos proprietários, dos autores de políticas, das pessoas que preparam os planos de desenvolvimento nacional e dos gestores dos sítios, para se conseguir uma indústria de turismo sustentável e para se valorizar a protecção dos recursos do património para as futuras gerações.

Diante dos aspectos acima supracitados, importa aqui referir que o turismo desempenha um papel vital na conscientização e educação ambiental. Não é apenas uma actividade de lazer, mas uma

força positiva que contribui para a protecção da biodiversidade e o bem-estar de Moçambique e do mundo.

6.5.3 Emprego e desenvolvimento local

O desenvolvimento local de acordo com Chiúre (2019), pressupõe uma relação directa entre o território e os seus recursos, visto que a disposição dos recursos num determinado território poderá ditar o tipo de intervenção que o homem poderá efectuar tendo como base as suas prioridades (Chiure 2019:59).

No entanto, o funcionamento do parque, desde a implementação do projecto de restauração, criou e ainda pode criar oportunidades de emprego para os habitantes locais, incluindo aqueles envolvidos em actividades culturais, como artesanato, danças tradicionais e guias turísticos (Cordeiro, 2015). O que pode contribuir para o desenvolvimento económico das comunidades próximas, como é o caso de Muanza, Nhamatanda, Cheringoma e Gondola (Cordeiro, 2015).

Neste âmbito, segundo Cordeiro (2015) através da consulta à população em sete povoados, pode-se concluir que o emprego é o grande objectivo da maioria da população, sobretudo dos jovens. Ter um posto de trabalho numa serração, fábrica ou outro tipo de função remunerada é visto como um modelo de vida seguro. Outras preocupações prendem-se com a necessidade do Estado abrir mais poços de água potável e construir pontes, centros de saúde, escolas e mercados para compra e venda de produtos (Cordeiro, 2015).

Na generalidade o PNG é reconhecido e desejado como um bom lugar para trabalhar pela comunidade. Até o ano de 2015, o parque abrigava cerca de 600 funcionários, entre guias turísticos, funcionários de hotelaria, guardas do PNG, empregados na construção de instalações e manutenção de estradas “picadas”, entre outros (Cordeiro, 2015).

6.5.4 Consciencialização e educação

O parque pode ser uma plataforma para aumentar a consciencialização sobre a importância da preservação cultural. Os visitantes podem aprender sobre as tradições locais, a história da região e as práticas de conservação.

Programas educativos foram criados, como é o caso do Clube de Rapigaras: uma iniciativa de empoderamento e educação para meninas e jovens mulheres que reside na região do Parque Nacional da Gorongosa (PNG, 2019). Este programa é uma resposta à necessidade de promover a

igualdade de género, capacitar as jovens e envolvê-las activamente na conservação da natureza e no desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Neste âmbito, a conscientização e a educação desempenham um papel crucial nos benefícios do funcionamento do PNG, para o património cultural da região, onde foi possível observar maneiras pelas quais a conscientização e a educação estão intrinsecamente ligadas a esses benefícios:

- i. A consciencialização sobre a história, tradições e modos de vida das comunidades locais é fundamental para a preservação do património cultural.
- ii. Programas educativos no parque podem ensinar às pessoas, incluindo os jovens, sobre a importância de manter suas tradições culturais e como o património cultural está interligado com o meio ambiente.
- iii. Podem destacar a relação profunda entre a cultura local e o meio ambiente.
- iv. Os programas podem mostrar como as práticas tradicionais de uso da terra e da água estão ligadas à conservação da natureza, promovendo assim a coexistência harmoniosa entre as comunidades locais e o ecossistema do parque.
- v. Isso contribui para uma relação mais positiva entre as comunidades e o parque, ajudando a evitar conflitos e promovendo a cooperação na gestão sustentável da área.

Embora o funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa tenha trazido muitos benefícios, também é importante reconhecer que algumas acções e impactos associados a parques de conservação podem ter efeitos negativos sobre o património cultural local. De acordo com a IUCN (1999), estes são os principais impactos negativos que podem surgir com funcionamento de um parque para o património cultural:

Tabela 5 - principais impactos negativos que podem surgir com funcionamento de um parque para o património cultural

Deslocamento de Comunidades Locais	Em alguns casos, a criação ou expansão de parques nacionais pode resultar no deslocamento de comunidades locais que historicamente habitavam a área. Isso pode levar à perda de laços culturais e conexões com a terra, bem como a desafios socioeconómicos para as comunidades deslocadas.
------------------------------------	---

Restrições de Acesso a Recursos Naturais:	A implementação de regulamentos rigorosos de conservação, como a proibição da caça ou colecta de recursos naturais, pode afectar negativamente as práticas tradicionais das comunidades locais que dependem desses recursos para sua subsistência e para manter suas tradições culturais.
Impactos no Turismo Cultural	Embora o turismo possa ser uma fonte de renda para as comunidades locais, ele também pode ter impactos negativos, como a exploração cultural excessiva, a descaracterização das tradições locais para atender às expectativas dos turistas ou a perda da autenticidade cultural.
Conflitos de Uso da Terra	Conflitos podem surgir quando as restrições de uso da terra e recursos naturais no parque entram em conflito com as práticas culturais tradicionais das comunidades vizinhas. Isso pode criar tensões e hostilidades entre as partes envolvidas.
Perda de Conhecimento Tradicional	A medida que as gerações mais jovens se afastam das práticas tradicionais e migram para áreas urbanas, pode ocorrer uma perda gradual de conhecimento tradicional, histórias, línguas e habilidades culturais que são fundamentais para a identidade cultural das comunidades locais.
Exploração Cultural por Terceiros	Em alguns casos, terceiros, como empresas de turismo ou indivíduos de fora da comunidade, podem explorar a cultura local para fins comerciais, sem beneficiar adequadamente as comunidades locais. Isso pode levar à apropriação cultural e à exploração económica desigual.
Impactos Psicossociais	Mudanças significativas no modo de vida e nas tradições culturais das comunidades podem ter impactos psicossociais negativos, incluindo o sentimento de perda de identidade cultural e alienação.

É importante destacar que muitos desses impactos negativos podem ser mitigados por meio de abordagens de conservação que promovam o envolvimento e o empoderamento das comunidades locais, bem como o respeito às suas tradições culturais (IUCN, 1999).

Estratégias de gestão participativa, programas de desenvolvimento sustentável e esforços para preservar e revitalizar o património cultural são essenciais para minimizar esses impactos adversos (IUCN, 2002).

6.6 Análise e propostas sobre o património cultural e natural no funcionamento parque nacional de Gorongosa

Analisar o património cultural a partir do funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa, requer a compreensão das complexas interações entre o património natural e cultural da região. Sendo assim fundamental que haja uma abordagem integrada que valorize ambos os aspectos para garantir a conservação a longo prazo e o bem-estar das comunidades locais.

Neste âmbito, a relação entre património cultural e o PNG também pode ser observada na maneira como os locais sagrados e religiosos são incorporados no parque. Muitos parques naturais e incluindo o Parque Nacional da Gorongosa, abrigam locais considerados sagrados pelas comunidades locais, com uma forte conexão espiritual com a natureza (Cordeiro, 2015), e esta é uma característica inerente ao PNG.

Não obstante a este aspecto, importa referir que a interação das comunidades locais com os recursos, faunísticos e florestais vem dos tempos mais remotos. O que faz com que a comunidade tenha uma ligação intrínseca e extrínseca com os aspectos relacionados a flora e fauna bravia, locais, paisagens ou formações geológicas (Mulhaisse, 2020).

O projecto de restauração do parque e conseqüentemente funcionamento do parque, tem atraído pesquisadores e cientistas, promovendo intercâmbios culturais e oportunidades de aprendizado que beneficiam tanto a comunidade local assim como o parque. Mas aqui, o maior foco sempre foi o da reposição biótica e preocupação com a conservação da biodiversidade (Cordeiro, 2015).

Embora o funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa tenha trazido inegáveis benefícios a região, é importante também considerar alguns aspectos que surgiram como resultado desse empreendimento ao património cultural. A expansão e gestão do parque muitas vezes levaram ao deslocamento forçado das comunidades locais que historicamente habitavam a área (Mulhaisse, 2020). Isso resultou na perda de suas terras ancestrais e, por vezes, na ruptura de tradições culturais ligadas a esses territórios (Mulhaisse, 2020).

A preservação estrita das áreas do parque muitas vezes limitou o acesso das comunidades locais à terra para a agricultura, pastoreio e colecta de recursos naturais, afectando negativamente suas práticas culturais e meios de subsistência tradicionais (Mulhaisse, 2020). Por outro lado, através do funcionamento do parque, foram implementados projectos de desenvolvimento humano nas comunidades da zona tampão para repor as actividades interditas dentro dos limites do PNG (Mulhaisse, 2020).

Em termos de património cultural, exceptuando as estações arqueológicas descobertas através do projecto Paleo-primata Oxford-Gorongosa, é necessário que se faça um inventário e classificação de bens do património natural e cultural.

No interior do parque e ao seu redor, encontra-se abundantemente bens culturais e naturais susceptíveis de classificação. Estes bens podem ser classificados separadamente assim como de forma mista, uma vez que há e podem existir bens que envolvem mutuamente questões tangíveis e intangíveis ou de carácter histórico-social.

No âmbito desta pesquisa, aliando as implicações do funcionamento do PNG, os inventários são tidos como instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material (IUCN, 2002). O principal objectivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planeamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial da área envolvente ao PNG.

Olhando estes aspectos, e as características do PNG, os bens culturais e naturais da área podem ser divididos da seguinte maneira:

Tabela 6 - Bens culturais e naturais

BENS NATURAIS	
Paisagens Cénicas	As paisagens variadas, incluindo savanas abertas, florestas de miombo, montanhas e formações rochosas, como o Monte Gorongosa, são características naturais excepcionais que contribuem para a beleza do parque.

Vegetação Exuberante	A vegetação do parque é rica e variada, incluindo savanas, florestas de miombo, bosques ribeirinhos e muitas outras formações vegetais.
Ecosistemas Aquáticos	O parque inclui rios, pântanos e lagos que são essenciais para a vida selvagem e sustentam uma grande diversidade de espécies aquáticas, incluindo peixes e aves aquáticas.
Fauna Diversificada	A Gorongosa é famosa por sua diversidade de vida selvagem, incluindo elefantes, leões, leopardos, chitas, hipopótamos, crocodilos, várias espécies de antílopes e uma grande variedade de aves.

PATRIMÓNIO CULTURAL

Património Cultural local	O parque é lar de várias comunidades locais, como o povo Ndau, que têm tradições culturais únicas e histórias ancestrais relacionadas à terra e à vida selvagem.
Sítios Arqueológicos	Existem sítios arqueológicos na região que revelam evidências da ocupação humana ao longo de milénios, incluindo vestígios de povos antigos e ferramentas pré-históricas
História Colonial	A região também tem uma história colonial significativa, e existem estruturas e relíquias que contam a história da colonização e do comércio na área.
Actividades Culturais Locais	O parque pode abrigar actividades culturais locais, como festivais, danças tradicionais e eventos que celebram as tradições e a cultura das comunidades circundantes

No entanto, aqui o inventário constitui uma proposta que conseqüentemente levará ao mapeamento dos resultados obtidos, o que significa:

- i. O levantamento
- ii. Análise
- iii. Compilação
- iv. Classificação
- v. e Inserção dos mesmos dentro de um mapa, mediante representação gráfica através de simbologia

O inventário e mapeamento desempenham um papel fundamental na preservação e promoção do patrimônio cultural de uma região (IUCN, 2002). Em primeiro lugar, esse processo permite adquirir um conhecimento abrangente dos bens culturais materiais e imateriais, fornecendo informações detalhadas sobre suas características quantitativas e qualitativas. Isso é essencial para documentar a riqueza cultural de uma área e compreender sua importância histórica e cultural. (IUCN, 2002).

Além disso, o inventário e mapeamento também têm o objetivo de identificar as áreas que possuem bens culturais e aquelas que carecem deles. Isso ajuda a revelar as potencialidades e fraquezas de uma região em termos de patrimônio cultural (Alves, 2014)

Com base nessa análise, é possível desenvolver estratégias de planejamento que visam a sustentabilidade dos bens culturais existentes, maximizando suas potencialidades e minimizando suas fraquezas. Isso contribui para a preservação a longo prazo do patrimônio cultural.

Um outro aspecto, é o um papel crucial que desempenham na valorização da cultura local e no apoio à sua difusão. Eles se tornam um instrumento-chave para o turismo cultural, pois apresentam o patrimônio cultural local com base nos recursos e atrativos turísticos disponíveis (Alves, 2014). Isso não apenas enriquece a experiência dos visitantes, mas também promove o desenvolvimento econômico da região. Por fim, o conhecimento da distância real entre os bens culturais é fundamental para criar áreas de interesse e traçar itinerários temáticos que tornam a exploração do patrimônio cultural mais acessível e envolvente para todos os interessados.

6.7 Implicações do funcionamento do Parque Nacional da Gorongosa no património Cultural

Implicações ou impactos são inevitáveis quando se trata de gestão de áreas de conservação em terras coexistentes com comunidades. É fundamental que a gestão considere cuidadosamente essas implicações positivas e negativas para encontrar um equilíbrio entre a conservação da biodiversidade e a preservação do património cultural, garantindo ao mesmo tempo o bem-estar das comunidades locais (EUROPARC, 2012). Isso geralmente envolve consultas e colaborações próximas com as comunidades afectadas, além de políticas de sustentabilidade ambiental e culturais bem planeadas (AHC, 2002).

No que concerne as implicações ao património cultural de forma negativa, destacam-se os impactos culturais indirectos: O aumento do turismo e a influência externa podem levar à descaracterização ou à exploração cultural das comunidades locais, afectando negativamente suas tradições e modos de vida (UNESCO, 2014).

Entretanto, num estudo sobre Inventário Comunitário do Património Imaterial Chinhambudzi, realizado em 2014 pela Unesco e o governo de Moçambique, constatou riscos e ameaças ao património cultural imaterial. Estes riscos não se circunscrevem apenas a comunidade de Chinhambudzi, mas em todo território nacional.

Aliando esses riscos às implicações do funcionamento do PNG ao património cultural, obtém-se o seguinte:

MÚSICA, DANÇA & ARTESANATO	
Ameaças	Riscos
<ul style="list-style-type: none">• Desvalorização da dança em função de outras modernas.• Estigmatização da dança; Redução dos participantes.• Fraca transmissão de conhecimento entre gerações; Secretismo; Envelhecimento dos praticantes.• Falta de interesse dos jovens pela dança;	<ul style="list-style-type: none">• Perda da originalidade do som;• Desaparecimento da manifestação;• Desaparecimento da dança.• Adulteração e perda de originalidade;

- Introdução de elementos externos (novos conteúdos, uso de novos adereços, adulteração das vestes, novos contextos e espaços de actuação)
- Dificuldade de acesso à matéria-prima para o fabrico dos adereços e instrumentos de música (pele de búfalo, penas de aves, etc.); sobreposição do calendário escolar ao calendário dos ritos.
- Redução do número de grupos e Desaparecimento com o tempo.

CULINÁRIA

Ameaças	Risco
<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização do produto fora da época; • Comercialização massiva do produto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adulteração e perda de originalidade

Estas são as principais implicações do funcionamento do PNG ao património cultural, tendo em conta que houve o reassentamento das comunidades que residiam dentro e nos limites do parque, havendo as seguintes implicações:

- Perda de Identidade Cultural:** O reassentamento forçado pode levar à perda da identidade cultural das comunidades, uma vez que estas podem ser removidas de áreas com significado histórico e cultural profundo.
- Fragmentação Comunitária:** O reassentamento pode levar à fragmentação das comunidades, com membros sendo realocados para diferentes áreas, o que pode afetar negativamente a coesão social.
- Perda de Acesso a Recursos Naturais:** As comunidades podem perder o acesso a recursos naturais, como terras agrícolas, florestas e áreas de pesca, que eram essenciais para sua subsistência.

- iv. **Degradação do Património Cultural:** Se o reassentamento não for adequadamente planeado e gerenciado, pode resultar na degradação ou destruição do património cultural devido à falta de conservação adequada.
- v. **Desconexão com a História e a Terra:** Muitas comunidades têm uma conexão profunda com a terra e a história da região. O reassentamento pode interromper essa conexão, causando sofrimento cultural.
- vi. **Conflitos Sociais:** O reassentamento pode criar tensões e conflitos entre as comunidades afectadas e as autoridades responsáveis pela gestão do parque, especialmente se as preocupações das comunidades não forem adequadamente consideradas.

É importante destacar que, embora essas implicações negativas sejam possíveis, elas não são inevitáveis. Um planeamento cuidadoso, a consulta às comunidades afectadas, a compensação justa e a implementação de medidas de mitigação podem ajudar a minimizar esses impactos e garantir que a gestão do parque seja sustentável e respeitosa com o património cultural, natural e as comunidades locais.

7 Recomendações

No maneiço:

- Integrar valores culturais e espirituais na gestão preventiva do PNG (monitoramento, vigilância, informação obrigatória sobre actividades, etc.).
- Promover sinergias entre as acções de conservação de valores naturais, culturais e espirituais.
- Permitir que os guardiões do património imaterial o mantenham de forma compatível com os objectivos de conservação do PNG
- Fornecer às equipas de gestão do PNG pessoal técnico especializado na gestão do património cultural tangível e intangível.
- Promover a coerência ambiental em todas as facetas das instalações e actividades voltadas ao património cultural e espiritual.
- Incentivar a cooperação técnica dos gestores do PNG com os representantes ou guardiões do património intangível e coordenar o compartilhamento de recursos.
- Estabelecer acordos de cooperação com outras APs ou outras organizações para colaborar na salvaguarda dos valores culturais e espirituais.

- Integrar valores culturais e espirituais no planeamento da gestão da AP, particularmente nas directrizes do uso público.
- Incorporar representantes de valores culturais e espirituais em processos chave de gestão (formulação de objectivos operacionais, tomada de decisões, resolução de conflitos, etc.).
- Incentivar a presença e participação dos agentes responsáveis pelos valores culturais e espirituais nos órgãos dirigentes e gestores da AP.
- Promover a criação de comissões ou outros fóruns de gestão compartilhada com objectivos específicos ancorados em valores culturais e espirituais.
- Promover a participação cidadã por meio do voluntariado, envolvendo os participantes em actividades de conservação e restauração de elementos ligados ao património intangível, com abordagens integradoras.
- Promover a participação de gestores ambientais nas administrações e organizações responsáveis pela conservação do património cultural e espiritual vinculado ao PNG.
- Promover medidas proactivas para ressaltar o valor de elementos significativos do património imaterial como chave no desenvolvimento local.
- Comunicar de maneira respeitosa e inclusiva, todos os valores do PNG incluindo o património intangível.
- Integrar valores culturais e espirituais na linguagem, comunicação e disseminação da AP, incluindo pontos de informação, centros de interpretação, programas educacionais e actividades voluntárias.

No monitoramento e avaliação da área protegida:

- Integrar valores culturais e espirituais e seus agentes em programas de pesquisa e monitoramento do património em AP.
- Envolver os agentes-chave na escolha do método de avaliação e seus indicadores, a fim de alcançar um conhecimento significativo do estado dos valores culturais e espirituais.
- Incluir o status de valores culturais e espirituais em relatórios de gestão e avaliações periódicas da AP (património intangível documentado e promovido, impacto de mídia das actividades).
- Considerar porta-vozes de valores culturais e espirituais como fontes de verificação do alcance de objectivos relacionados a elementos do património imaterial.

8 Considerações Finais

À medida que cresce a pressão sobre os recursos naturais e desenvolvimento, amplia-se a necessidade do fortalecimento do sistema de gestão patrimonial visando à conservação dos bens naturais e culturais (Bezerra, 2012). Torna-se imperioso a criação de instrumentos que sejam eficazes para operacionalizar os processos de identificação e avaliação patrimonial e, conseqüentemente, sua conservação.

No entanto, a preservação e promoção do património cultural nos parques naturais, como o Parque Nacional da Gorongosa, não apenas enriquece nossa compreensão da história e cultura, mas também contribuem para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das regiões circundantes. Portanto, é fundamental investir esforços e recursos nessa área para garantir um futuro melhor para as gerações presentes e futuras.

O PNG é mais conhecido pela sua diversidade de fauna e flora. Dentro desta diversidade temos a relação homem natureza, que culmina com interacção mútua e de interdependência (Alves, 2014). Embora os parques naturais sejam principalmente conhecidos por sua biodiversidade e beleza natural, muitos deles também abrigam um rico património cultural, proporcionando uma combinação única de valores naturais e culturais em um único local.

Do mesmo modo que se faz o inventário dos bens de fauna e flora, pode-se fazer sobre o património cultural. No PNG, existe uma vasta gama de valores e bens culturais susceptíveis de classificação. Esses bens partem do património tangível e intangível, ou até mesmo os bens mistos.

Com um estudo mais aprofundado sobre o património cultural e natural do PNG, pode-se levar a classificação do PNG como Património Mundial da Humanidade, através dos critérios estabelecidos pela UNESCO.

Entretanto, o funcionamento do PNG trouxe à tona várias potencialidades de exploração do património natural e cultural de diversas maneiras, quer no âmbito da ciência, desenvolvimento económico e humano, turismo nos seus diversos segmentos e mais áreas transversais.

De acordo com a política cultural sob a resolução nº 12/97 de 10 de Junho, o desenvolvimento económico e social deve ter a cultura como ponto de partida e de referência obrigatória e permanente. E no caso de parques nacionais ou reservas, deve-se proteger ou conservar elementos naturais ou culturais específicos, proporcionando a realização de actividades de ecoturismo,

recreação e investigação científica (Lei n.º 16/2014 de 20 de Junho). Não obstante a estes aspectos, deve-se garantir a preservação e reprodução das espécies ou formações vegetais raras, endémicas, protegidas e em via de extinção (Lei n.º 16/2014 de 20 de Junho).

Mais uma vez, no âmbito da análise do funcionamento do PNG e suas implicações ao património, destaca-se o aumento dos limites do parque (Cordeiro, 2015).

O aumento dos limites do Parque Nacional da Gorongosa e o afastamento das comunidades para fora desses limites podem ter tido sérias consequências no património cultural da região. A medida pode resultar na perda de acesso a locais históricos, sítios de tradições culturais que estão intrinsecamente ligados às comunidades locais. Essa desconexão com suas raízes culturais pode levar à erosão da identidade cultural e ao enfraquecimento das práticas tradicionais. Além disso, o deslocamento das comunidades pode impactar negativamente a transmissão intergeracional do conhecimento cultural, já que as gerações mais jovens podem perder contacto com suas tradições ancestrais. Portanto, é crucial considerar cuidadosamente o impacto no património cultural ao expandir os limites do parque e garantir a preservação dessas riquezas culturais, envolvendo as comunidades afectadas na gestão e conservação do património cultural da região.

E uma das medidas mais adequadas de acordo com a UNESCO, é o inventário e o estudo desse património, no qual devem-se integrar valores culturais e espirituais e seus agentes em programas de pesquisa e monitoramento do património em áreas de conservação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Livros:

Abreu, M. Chagas, M. 2003. Memória e património – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: uni-rio: faperj: dp&a editora

Australian Heritage Commission (2002). Ask First, A Guide to Respecting Indigenous Heritage Places and Values

Bezzon, R. Z., & Diniz, R. E. S. (2020). O conceito de ecossistema em livros didáticos de biologia do ensino médio: abordagem e possíveis implicações. EDUR • Educação em Revista, 36, e195948. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698195948>.

Daily, G. C. 2002. The New Economy of Nature: The Quest to Make Conservation Profitable. Island Press.

Loureiro, N. S., & Turkelboom, F. 2012. Biodiversity Conservation: Challenges Beyond 2010.

Lowenthal, D. 1985. The Past is a Foreign Country. Cambridge University Press.

Macamo, S. 2012. Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique, Ministério da Cultura Direcção Nacional do Património Cultural.

Marc W. Holderied, Paola Bouley, Rui Branco 2018. Gorongosa: Ecology, Management, and Conservation of a Fragmented Ecosystem

Mendes, A. 2012. O que é Património Cultural, Gente Singular editora, Lda. Rua Gonçalo Velho, 90 8700-478

Stace, C. 2010. New Flora of the British Isles.

Teses:

Arvidsson, K. 2010. Geophysical and hydrogeological survey in a part of the Nhandugue river valley, Gorongosa National Park, Mozambique – Area 2 and 3. M.Sc thesis, Department of Earth and Ecosystem Sciences, Lunds universitet. Examensarbete i geologi vid Lunds universitet 256, 1-40.

Chiúre, C. A. M. 2019. A Importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre. Coimbra, Portugal.

Cordeiro, P. 2015. Projecto de recuperação e conservação do Parque Nacional da Gorongosa: Paisagem Natural versus Cultural – análise crítica do território. Tese de doutorado, Departamento de Arquitectura e Urbanismo, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Leví, M. J. A. 2012. O turismo e desenvolvimento sustentável: Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa. Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

Documentos normativos:

ANAC (2012). Plano de Maneio do Parque Nacional das Quirimbas 2012-2021. República de Moçambique, Ministério da Cultura e Turismo. Maputo.

Decreto nº 27/94 de 20 de Julho, que aprova o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural. Boletim da República nº 29 (I).

Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Boletim da República nº 51 (I).

Lei nº. 10/99 de 7 de Julho, Lei das Florestas e Fauna Bravia. Boletim da República nº. 22 (I).

Lei nº. 5/2017 de 11 de Maio, Lei de Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica. Boletim da República nº.73 (I).

Ministério da Administração Estatal. Perfil do Distrito de Gorongosa, Província de Cabo-Delgado. Edição 2005. Maputo.

Ministério da Cultura e Turismo 2004. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique. Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.

ICOMOS (1999). International Cultural Tourism Charter: Managing tourism at places of heritage significance. Disponível em www.icomos.org/tourism/charter.html.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial. COMITÉ INTERGOVERNAMENTAL PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Lisboa, abril de 2012.

Artigos:

Alves, L., Cordeiro, B. e Carvalho, P. 2014. Classificação de Património Natural: O Exemplo dos Penedos de Góis (Cordilheira Central Portuguesa).

Brilha, J. 2005. O Património Geológico e a Conservação: A Conservação da Natureza na sua vertente Geológica.

Bessa, R., et al. 2020. "Preliminary investigation on the impact of floodplain vegetation degradation in Gorongosa National Park, Mozambique." AIP Conference Proceedings, 2267(1), 020046.

Carlos de Mato, A. 2013. O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale de Côa: Filosofia, objectivos e acções concretas. Revista Portuguesa de Arqueologia, Vol. 7

Ferreira, I., Ferreira, A., & Rosário, A. L. (2020). NORMAS INTERNACIONAIS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (1931 – 2003). Revista Iberoamericana de Patrimônio Histórico-Educativo, 6, 1-28. e020027.

Figueira, E. 2016. A cooperação entre os autores do turismo: a oportunidade de valorização dos recursos culturais nos territórios rurais. Revista Journal of Spatial and Organization Dynamics.

Muchangos, A. 1999. Moçambique: paisagens e regiões naturais. Maputo.

Nóvoa, T. 2012. Mount Gorongosa, A Heritage in the Making: Heritage and Nature Conservation in Central Mozambique.

Pickett, S.T.A., et al. 2018. "Ecological dynamics on Gorongosa's mist-covered mountains." Frontiers in Ecology and the Environment, 16(1), 31-38.

Pinhel Falcão, J. 2017. O património e as comunidades. Jornal Regional do Conselho de Pinhel, 31 de Janeiro de 2017

Brochuras:

Regala, F. T., Pinto, M. J., Paulo, L. M. 2019. SPELEOLOGY FIELD REPORT 2018: (PPP) PaleoPrimateProject Gorongosa. February.

Videos

Gonçalves, D. (2020). Our Gorongosa. Gorongosa Media e HHMI Tangled Bank Studios.

Anexo

Glossário

Área de Conservação – área terrestre ou aquática delimitada, estabelecida por instrumento legal específico, especialmente dedicada a protecção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais (Lei n.º 16/2014 de 20 de Junho)

Biodiversidade - Biodiversidade é a variedade de vida na Terra, incluindo a diversidade de organismos, genes e ecossistemas, bem como as interações entre eles (Loureiro, 2012).

Ecossistema – um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microrganismos e seu ambiente não vivo (Bezon & Diniz, 2020).

Fauna – coleção de animais em uma área específica. Isso inclui mamíferos, pássaros, répteis, anfíbios, peixes, insetos e outros organismos animais. A fauna descreve a diversidade, a distribuição e o comportamento dos animais em um determinado ambiente (Stace, 2010).

Flora – coleção de plantas, tanto aquáticas como terrestres, em uma área específica. Isso inclui árvores, arbustos, flores, gramíneas, musgos e todas as outras formas de vida vegetal. A flora descreve a vegetação de uma região, seus tipos, distribuição e características (Stace, 2012).

Geodiversidade – A geodiversidade se refere à variedade de características geológicas e geomorfológicas encontradas na superfície da Terra. Ela inclui as formações geológicas, rochas, minerais, relevos, solos e outras características físicas da Terra.

Parque Natural - O patrimônio natural se refere à totalidade dos recursos naturais da Terra, incluindo os ecossistemas, a biodiversidade, as paisagens e os elementos físicos e geológicos que compõem a natureza (Chiúre, 2019:85)